

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

Sicredi Participações S.A.



Relatório da Administração do Sicredi 2025





Cooperar para prosperar com sustentabilidade

Neste documento, a administração do Sicredi, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2025 foi um ano significativo para o cooperativismo, e para a agenda da sustentabilidade. O reconhecimento como o Ano Internacional das Cooperativas, pela ONU, e a realização da COP 30 no Brasil reforçaram temas que fazem parte da essência do nosso modelo de negócio: colaboração, desenvolvimento sustentável e local, participação e compromisso com o futuro.

Participamos desses debates reafirmando que prosperidade só se sustenta quando construída de forma coletiva. Não à toa, mantivemos nossa trajetória de crescimento, confiança e responsabilidade com nossos mais de 9,8 milhões de associados, mesmo diante de um ambiente econômico que exigiu atenção e equilíbrio.

Neste relatório, você terá acesso a alguns dos resultados alcançados no último ano que demonstram nossa solidez e refletem a força de uma instituição financeira cooperativa que cresce porque é guiada por pessoas.

Seguimos firmes no propósito de construir juntos uma sociedade mais próspera, atuando com transparência, governança e visão de longo prazo.

Agradecemos a confiança de todos que constroem o Sicredi diariamente e que fortalecem, ano após ano, a relevância do nosso negócio

Cooperar é da nossa natureza

Somos o **Sicredi**, a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Nossos associados decidem juntos os rumos do negócio que possui atuação sistêmica por meio de cinco centrais e 100 cooperativas, cada qual com autonomia para gerar impactos positivos em suas comunidades.

Esse é o nosso jeito de fazer a diferença!



Feito de pessoas para pessoas

 **+9,8 mi**
Associados

 **+50 mil**
Pessoas
colaboradoras



**Juntos por uma
sociedade mais
sustentável**

Somos signatários do
Pacto Global da ONU

Presença nacional, atuação local

 **5**
Centrais

 **100**
Cooperativas

 **26 estados**
e o Distrito Federal

 **+2,2 mil**
Municípios

 **+3 mil**
Pontos de
atendimento

 Única instituição financeira
com presença física em
+200 Municípios

+300 Soluções financeiras

 Conta corrente

 Seguros

 Cartões

 Consórcios

 Investimentos

 Máquinas de cartões

Excelência em relacionamento

Investimos em soluções digitais sem perder a essência do relacionamento próximo, pois acreditamos que a tecnologia é uma aliada na difusão do cooperativismo de crédito.

Valorizar as pessoas faz a diferença



Liderança e Diversidade

Comitês que atuam em todas as regiões para formar as novas lideranças do cooperativismo e desenvolver práticas de inclusão e diversidade.

Estamos entre as 25 melhores empresas para se trabalhar na América Latina.



11
comitês*



42
comitês*



24
comitês*

* Corresponde à quantidade de Cooperativas que estavam com Comitês ativos com data de mandato igual ou superior a 31/12.

Participação no Cooperativismo

Com os programas Pertencer e Crescer, engajamos associados e futuros associados na tomada de decisão e na cultura cooperativa.



+264 mil
pessoas formadas



+1 milhão
Associados em assembleias

Cidadania e Educação

Programa que promove a cooperação e a cidadania e completou 30 anos em 2025.

Programa que promove o aprendizado pelos valores e princípios do Cooperativismo.

Programa que contribui para que os estudantes alcancem vida financeira sustentável.



+574 mil
estudantes



+9 mil
estudantes



+81 mil
estudantes

Reconhecimentos

Alguns dos principais rankings e premiações



Em 2025, fomos reconhecidos como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil pelo segundo ano consecutivo

Mais de 10.000 colaboradores

Fortalecer Pessoas e Comunidades

Educação Financeira e Investimento Social que Transformam Realidades



Vida Financeira Sustentável



Promove uma vida financeira sustentável, levando educação financeira às regiões onde atuamos.



O Sicredi conta com uma Política de Educação Financeira que orienta decisões e práticas em todas as entidades e níveis do Sistema.

+ 22 mil Ações
de educação financeira em 2025

+ 70 Milhões
De alcance* com as ações presenciais e online.

100% das cooperativas
Realizaram ações de educação financeira em 2025.

* Alcance inclui todas as ações realizadas: cursos, palestras, oficinas, soluções digitais e também as comunicações via redessociais.



Investimento social para desenvolvimento local

+ R\$ 409 Milhões
Iniciativas sociais



Ações voluntárias que ampliem nosso impacto positivo e impulsionam o desenvolvimento local nas comunidades onde estamos presentes

+2.800
Ações de voluntariado

+ 750 mil
Pessoas beneficiadas



+8 mil
Projetos beneficiados

Sicredi na Comunidade

O hub de investimento social do Sicredi é uma plataforma digital que usa a tecnologia para conectar quem quer destinar recursos com ações de impacto social positivo.

Conheça o resultado de todas as ações ESG do Sicredi no **Relatório de Sustentabilidade 2025**, disponível no site Sicredi.

Sicredi Participações S.A.

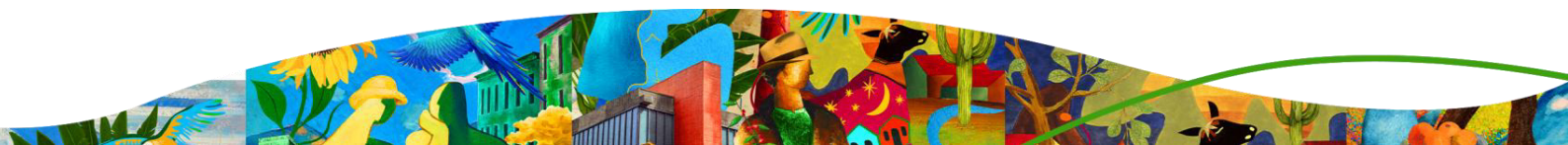
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

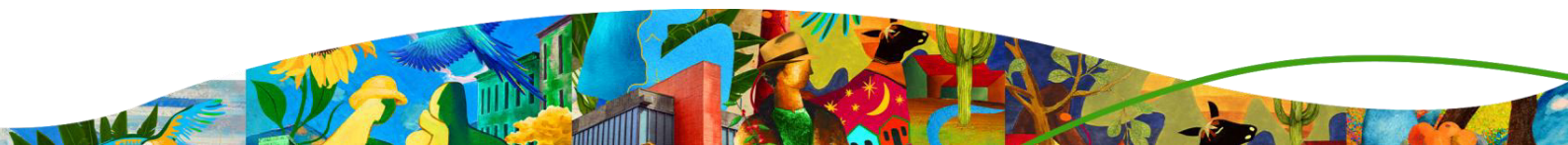
(Em milhares de reais)

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanço Patrimonial – Ativo.....	4
Balanço Patrimonial – Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	8
Demonstr�o do Fluxo de Caixa.....	9
1. Contexto operacional.....	10
2. Base de prepara�o e apresenta�o das Demonstra�es financeiras individuais e consolidadas.....	11
2.1 Ado�o de novas normas	12
3. Principais políticas contábeis	13
4. Efeitos dos ajustes de transi�o patrimoniais em 1� de janeiro de 2025 – Resolu�o CMN n� 4.966/21 e BCB n� 352/23	25
5. Caixa e equivalentes de caixa	28
6. Aplica�es interfinanceiras de liquidez	29
7. Depósitos no Banco Central do Brasil	30
8. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31
9. Repasse interfinanceiros, opera�es de crédito e provisão para perdas esperadas.....	43
10. Outros ativos financeiros.....	50
11. Outros ativos.....	50
12. Participa�es em controladas no País.....	51
13. Imobilizado de uso	52
14. Depósitos e capta�es no mercado aberto	53
15. Recursos de Emissão de Títulos	54
16. Obriga�es por empréstimos e repasses	54
17. Outros passivos financeiros	55
18. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas.....	57
19. Provisões e outras obriga�es com instrumentos financeiros.....	58
20. Outros passivos.....	59
21. Patrimônio líquido	59



22. Imposto de renda e contribuição social.....	60
23. Saldos e transações com partes relacionadas.....	64
24. Fundos de investimento administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.....	66
25. Receitas de prestação de serviços.....	67
26. Despesas de pessoal.....	67
27. Despesas administrativas	68
28. Outras Receitas operacionais	68
29. Outras Despesas operacionais	69
30. Estrutura de gerenciamento de risco e de capital.....	69
31. Análise de sensibilidade.....	76
32. Índices de Basiléia e de imobilização	77
33. Acordo de Compensação (ACO) - Bancos Correspondentes	78
34. Cobertura de seguros.....	78
35. Eventos subsequentes.....	78
36. Outros assuntos	78



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sicredi Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sicredi Participações S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sicredi Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldo de abertura referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os valores correspondentes relativos à demonstração da mutação do patrimônio líquido e da demonstração do fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2024, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 18 de fevereiro de 2025, sem modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

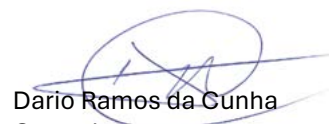
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Sicredi Participações S.A.

Balanço Patrimonial – Ativo
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
DISPONIBILIDADES	5	1.722	602.833
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		35.207	220.983.978
Ativos financeiros ao custo amortizado		-	198.513.450
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para perdas esperadas	6	-	9.127.716
Depósitos no Banco Central do Brasil	7	-	9.477.840
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, líquido de provisão para perdas esperadas	8	-	28.484.088
Outros aplicações		-	-
Repasse interfinanceiros, líquido de provisão para perdas esperadas	9	-	82.163.444
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas esperadas	9	-	45.080.586
Outros ativos financeiros	10	-	24.179.776
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outro resultado abrangente	8	-	21.878.379
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas		-	21.878.379
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	35.207	592.149
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de provisão para perdas esperadas		35.207	592.149
ATIVO FISCAL DIFERIDO	22 b	594	630.347
OUTROS ATIVOS	11	29.154	847.442
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS	12	4.937.180	-
IMOBILIZADO DE USO	13	432	68.642
TOTAL DO ATIVO		5.004.289	223.133.242

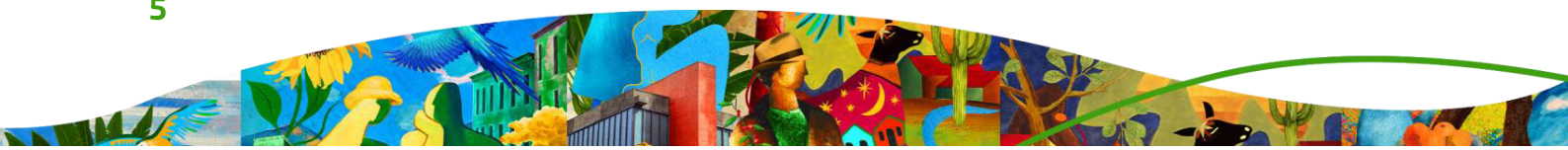
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais consolidadas.

Sicredi Participações S.A.

Balanço Patrimonial – Passivo
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		-	215.387.099
Passivos financeiros ao custo amortizado		-	215.175.185
Depósitos	14	-	68.769.084
Captações no mercado aberto	14	-	27.782.738
Recursos de Emissão de Títulos	15	-	46.520.672
Obrigações por empréstimos	16	-	8.549.171
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	16	-	39.653.320
Outros passivos financeiros	17	-	23.900.200
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		-	211.914
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.c	-	211.914
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	-	14.097
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	19	-	3.117
Passivo fiscal diferido	22	-	416.044
Outros passivos	20	46.109	1.978.011
Patrimônio líquido	21	4.958.180	5.334.874
Capital social		4.891.716	4.891.716
Reserva legal		68.748	68.748
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.284)	(2.284)
Participação de acionistas não controladores		-	376.694
TOTAL DO PASSIVO		5.004.289	223.133.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais consolidadas.



Sicredi Participações S.A.

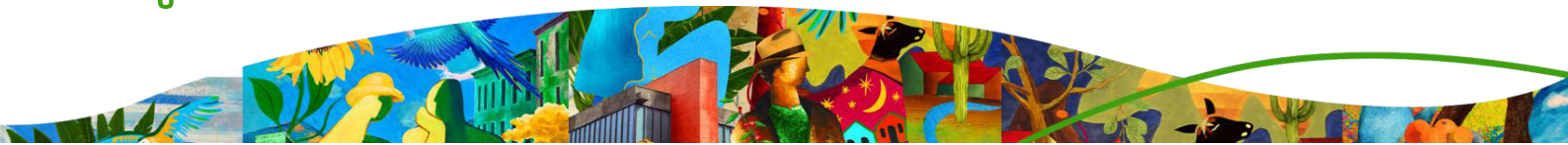
Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		1.058	20.608.641
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	9.f	-	12.190.151
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.058	9.168.202
Resultado de Instrumentos financeiros derivativos	8.c	-	(1.295.278)
Resultado de operações de câmbio		-	18.103
Resultado de aplicações no Banco Central		-	527.463
Despesas da intermediação financeira		-	(18.577.791)
Operações de captação no mercado		-	(16.304.041)
Resultado de empréstimos e repasses		-	(2.273.750)
Resultado da intermediação financeira		1.058	2.030.850
Perdas esperadas de ativos e passivos financeiros		-	10.070
Reversão de perdas esperadas de operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais operações com características de concessão de crédito		-	23.836
(Provisões) para perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, outros ativos e outros ativos financeiros		-	(12.185)
(Provisões) para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos		-	(1.581)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.058	2.040.920
Receitas e (Despesas) operacionais		54.758	(1.783.910)
Receitas de prestação de serviços	25	-	1.955.678
Resultado de participações em controladas		75.946	-
Outras receitas operacionais	28	2.092	811.604
Despesas de pessoal	26	(11.502)	(140.412)
Despesas administrativas	27	(3.740)	(3.820.098)
Despesas tributárias		(8.012)	(387.440)
Outras despesas operacionais	29	(26)	(203.242)
Resultado operacional		55.816	257.010
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		55.816	257.010
Imposto de renda e contribuição social	22	(8.686)	(75.171)
Imposto de renda		(6.618)	(101.800)
Contribuição social		(2.533)	(76.930)
Constituição de Créditos fiscais diferidos líquidos		465	100.773
Reversão IR e CSLL do exercício anterior		-	2.786
Participações dos empregados nos lucros		(884)	(30.996)
Participação dos acionistas não controladores		-	(104.597)
Lucro líquido do exercício		46.246	46.246
Quantidade de ações no final do exercício		4.394.603.168	
Lucro por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		10,52	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais consolidadas.

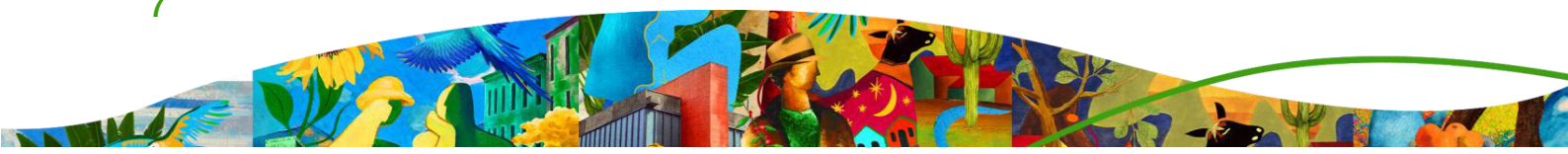


Sicredi Participações S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	46.246	46.246
Participação dos não controladores	-	(104.597)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	46.246	(58.351)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do exercício	1.091	1.091
Varição títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.091	1.091
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do exercício	1.091	1.091
Resultado abrangente do exercício	47.337	(57.260)
Atribuível aos acionistas		
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	47.337	47.337
Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores	-	(104.597)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais consolidadas.



Sicredi Participações S.A.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Subscrito	Reserva legal	Reserva especial de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.541.716	16.439	19.192	(3.375)	-	47.784	4.621.756	333.232	4.954.988
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	-	-	-	-	23.136	-	23.136	-	23.136
Saldos no início do exercício em 01/01/2025	4.541.716	16.439	19.192	(3.375)	23.136	47.784	4.644.892	333.232	4.978.124
Aumentos de capital	350.000	-	-	-	-	-	350.000	-	350.000
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(28.670)	(28.670)	-	(28.670)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	1.091	-	-	1.091	-	1.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.246	-	46.246	104.597	150.843
Destinações do lucro:									
Reserva legal - Result. de Equiv. Patrim. de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	-	1.157	-	-	(1.157)	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.312	-	-	(2.312)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos - Result. de Equiv. Patrim. de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	-	-	-	-	(5.495)	-	(5.495)	-	(5.495)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(10.985)	-	(10.985)	-	(10.985)
Dividendo adicional proposto (excedente ao mínimo obrigatório) - Result. de Equiv. Patrim. de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	-	-	-	-	(4.916)	4.916	-	-	-
Dividendo adicional proposto (excedente ao mínimo obrigatório)	-	-	-	-	(5.618)	5.618	-	-	-
Outras reservas	-	-	19.113	-	-	(19.113)	-	-	-
Juros ao capital - Result. de Equiv. Patrim. de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	-	-	-	-	(11.568)	-	(11.568)	-	(11.568)
Juros ao capital	-	-	-	-	(27.332)	-	(27.332)	(61.135)	(88.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.891.716	19.908	38.305	(2.284)	-	10.535	4.958.180	376.694	5.334.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais consolidadas.

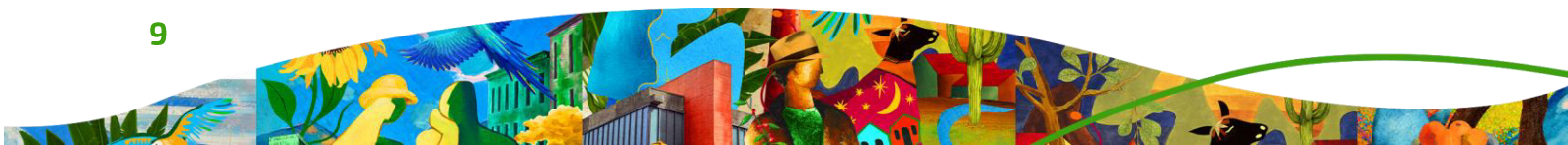


Sicredi Participações S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		54.932	226.014
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos			
Provisão para perdas esperadas de operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais operações com características de operações de crédito	-	-	(10.070)
Depreciações e amortizações	87	87	5.626
Ganho na alienação de imobilizado	140	140	440
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-	(12.636)
Juros sobre instrumentos híbridos de capital	-	-	357.677
Juros da dívida subordinada	-	-	257.611
Resultado de participação em controladas	(75.946)	(75.946)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	1.091
Lucro líquido ajustado do período		(20.787)	825.753
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Redução em Ativos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	10.401.190
Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.098	5.098	(156.744)
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	-	(6.947.846)
Repasses interfinanceiros	-	-	(5.089.542)
Operações de crédito	-	-	(7.314.790)
Outros instrumentos financeiros	-	-	(4.700.564)
Outros ativos e créditos tributários	(15.034)	(15.034)	(258.288)
(Redução)/Aumento em Passivos			
Depósitos	-	-	6.990.782
Captações no mercado aberto	-	-	18.773.055
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	(5.357.934)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	5.570.532
Outros passivos financeiros	-	-	4.317
Outras provisões, obrigações fiscais diferidas e outros passivos	19.347	19.347	4.877.492
Caixa proveniente das operações		(11.376)	17.617.413
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(264.765)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(11.376)	17.352.648
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aquisição) de imobilizado de uso	(387)	(387)	(4.417)
Integralização de capital em empresas controladas	(350.000)	(350.000)	-
Juros ao capital recebidos	83.239	83.239	-
Dividendos recebidos	48.840	48.840	-
(Aumento) de outros investimentos	-	-	(663)
(Aumento) em títulos a valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	(16.553.404)
(Aumento) em títulos a custo amortizado	-	-	(1.741.266)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		(218.308)	(18.299.750)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dívida subordinada	-	-	20.100
Liquidação de principal e juros da dívida subordinada	-	-	(85.775)
Instrumentos híbridos de capital	-	-	875.000
Liquidação de principal e juros de Instrumentos híbridos de capital	-	-	(294.952)
Aumento de capital	350.000	350.000	350.000
Juros ao capital pagos	(38.900)	(38.900)	(38.900)
Dividendos pagos	(44.598)	(44.598)	(44.598)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		266.502	780.875
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		36.818	(184.146)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		111	3.143.926
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	36.929	2.959.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sicredi Participações S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro 2008, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), que tem por objeto social a participação majoritária no capital votante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”).

A Companhia possui participação de 92,49% (91,95% em 2024) no capital do Banco, instituição financeira privada nacional, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996, cuja constituição foi pautada de acordo com a Resolução nº 2.193 de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional – CMN, atualizada pela Resolução nº 5.060, de 16 de fevereiro de 2023, atualmente vigente. O Banco tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2025, o Sistema está organizado por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 3.054 pontos ativos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

A Companhia, através do Banco, firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Partnerships B.V, braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2025, o Rabo Partnerships B.V participa detém 7,51% de participação nas ações do Banco.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em virtude de suas controladoras (Cooperativas Centrais) e de sua controlada (Banco) serem reguladas pelo BACEN, foram mantidas pela Companhia as mesmas práticas contábeis adotadas para instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 06 (R2) 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47).

A aprovação destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2026.

a) Critérios de consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Sicredi Participações S.A. avaliar a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sua estrutura societária. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades Anônimas, e incluem as demonstrações financeiras individuais da Controlada direta (Banco) e das seguintes controladas indiretas:

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Empresa	Atividade	31/12/2025
Participações diretas no capital:		%
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	Banco Cooperativo	92,49
Participações indiretas no capital:		
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data a qual a Companhia obtém controle, as quais continuarão a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema, e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

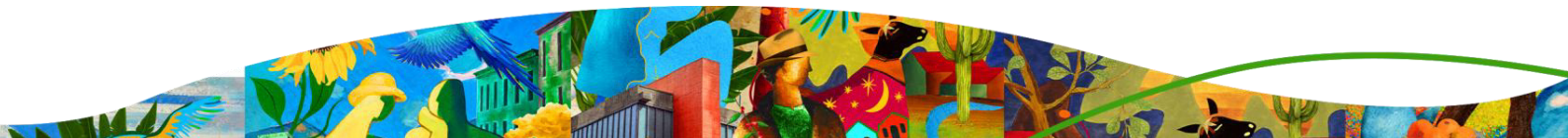
2.1 Adoção de novas normas

a) Mudanças em vigor

O Banco adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Sicredi e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ").
- As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de risco de recuperação";



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.
- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, de 1 de dezembro de 2023, Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor. As projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467.

b) Adoção inicial

A Companhia, através da sua controlada Banco Cooperativo Sicredi S.A., adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Conforme disposto no Art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, a aplicação dos novos critérios ocorreu de forma prospectiva e os efeitos do ajuste de transição foram reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota explicativa nº4.

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025. Até a presente data, a Companhia não possui contratos de arrendamento que atendam aos critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

3. Principais políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram:

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao exercício futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por: disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira; aplicações interfinanceiras de liquidez; depósitos voluntários de liquidez diária junto ao Banco Central do Brasil e fundos de investimento de renda fixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação contábil em cada uma das categorias de depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou iii) por ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados; e
- como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste “SPPJ” a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros.

II. Mensuração subsequente dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros para cada categoria de classificação contábil, sendo:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos como “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas como “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na como “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação ou valores recebidos reconhecidos diretamente como despesa ou receita na emissão ou aplicação do instrumento financeiro. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

III. Hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo (HVJ) é uma das formas de realizar a precificação dos ativos e passivos conforme suas negociações em mercado ou dados observáveis disponíveis, assim mensura-se o valor justo utilizando premissas adotadas pelo mercado, considerando seus riscos.

Os tipos de classificação dos inputs utilizados na mensuração do valor justo, baseada na sua confiabilidade e disponibilidade.

- HVJ1= Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;
- HVJ2 = Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Proxy;
- HVJ3 = Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apreamento desenvolvidos internamente.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, em 1º de janeiro de 2025, a instituição reclassificou os títulos registrados até 31 de dezembro de 2024 como: Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, e Negociação para as novas categorias contábeis: Custo Amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ajustes foram realizados com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa dos ativos, com os efeitos devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras e evidenciados na nota explicativa nº4.

Em 1º de janeiro de 2025 as operações de Cédula de Produto Rural (CPR) foram reclassificadas para o grupo de “Outros ativos financeiros”, que até 31 de dezembro de 2024, estavam classificadas como “Títulos e valores mobiliários”, sem alteração de mensuração destes ativos, conforme evidenciado na nota explicativa nº4.

Os contratos de operações de câmbio com liquidação futura e câmbio pronto, classificados nos grupos de “Outros ativos financeiros” e “Outros passivos financeiros” até 31 de dezembro de 2024 como custo amortizado, foram reclassificados como derivativos a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme evidenciado na nota explicativa nº4.

As provisões com garantias financeiras prestadas classificadas no grupo de “Outros passivos” em 31 de dezembro de 2024 foram reclassificadas como Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

O Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Derivativos

O Grupo utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros com o objetivo de atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Banco e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção contra risco (*Hedge*), conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para ao valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Operações de futuros: são acordos entre duas partes para comprar ou vender um ativo em uma data futura específica, por um preço previamente acordado. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

Operações de Swap: são acordos financeiros entre duas partes para trocar fluxos de caixa futuros com base em diferentes critérios, como taxas de juros, moedas ou índices. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar pelo valor justo, e apropriado como receita ou despesa.

Contratos a termo: são acordos de compra e venda de um ativo em uma data futura, por preço previamente estabelecido. Esses acordos são particulares e estabelecidos entre dois agentes financeiros, no qual uma das partes assume sua posição de compra no contrato a termo em data específica e por um preço certo e ajustado; e a contraparte assume sua posição de venda em iguais condições. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos. Inclui os contratos de câmbio que são termos de moeda.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor justo ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato, ajustado ao valor justo.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *Hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *Hedge* ou *Hedge accounting*.

Os instrumentos designados para fins de *Hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de valor justo: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *Hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do exercício da Instituição;
- *Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido os efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do exercício.

Para os derivativos classificados na categoria de *Hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *Hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02.

As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

e) Método de Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta a valor presente os pagamentos e recebimentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juros efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Custos com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações); e
- Custos com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, o Banco Cooperativo Sicredi optou em utilizar a metodologia diferenciada proporcional para operações de crédito e com características de crédito.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

f) Provisão para perdas

I. Visão Geral

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. integra o segmento prudencial “S2”, de acordo com a Resolução CMN nº 5.146, de 26/06/2024, as instituições financeiras integrantes de sistemas Cooperativos de dois ou de três níveis que contenham instituição enquadrada nos segmentos 1 (“S1”), 2 (“S2”) ou 3 (“S3”), deverão adotar para o sistema cooperativo como um todo a metodologia completa de perdas esperadas.

Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas baseados nos conceitos da Resolução CMN nº 4.966 de 2021 e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio 3, conforme Resolução BCB nº 352 de 2023.

O Banco registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* (moratória) considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não são considerados ativos com problemas de risco de recuperação (sem *default*). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo da probabilidade de *default* (PD) para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em risco de recuperação (em *default*). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A Perda Esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de *default* para sua vida toda.

Originalmente, quando a operação é concedida pela Instituição a classificação de risco é registrada em estágio 1, e posteriormente, a cada data base de fechamento mensal, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em caso de aumento, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de risco na recuperação, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de risco de recuperação, tiver estimativas insignificantes de recuperação, deverá ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

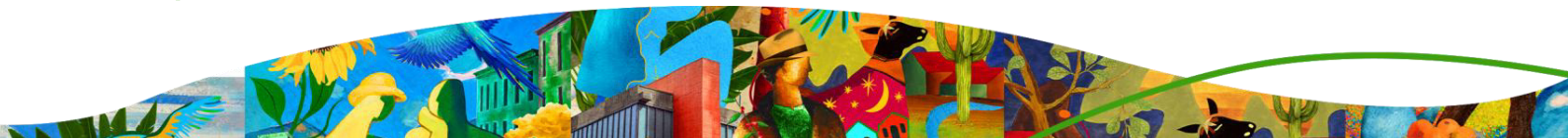
Os ativos que devem ser considerados como estágio 3 são todos os contratos que têm evidência de problema de risco de recuperação. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo e engloba a avaliação de três parâmetros:

- *Probabilidade de default – PD*: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- *Perda dado o default – LGD*: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.
- *Exposição ao default – EAD*: É a exposição na data da inadimplência. Para créditos rotativos com limites é feita a estimativa da exposição no momento do default através de fatores de conversão. Já para créditos parcelados é considerado o saldo contábil da operação no mês do reporte.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

g) Ativos financeiro com problema de risco de recuperação

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As operações serão baixadas para prejuízo se, além de serem considerados ativos com problemas de risco de recuperação, possuam estimativas insignificantes de que vá ocorrer a recuperação.

O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, ou seja, foi curado, quando os seguintes aspectos são alcançados:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Pagamento tempestivo de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte; e
- Cumprimento de outras obrigações contratuais, caso existam, por um período suficiente para demonstrar melhoria financeira significativa da contraparte.

Reclassificação em Estágios (Processo de Cura): em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, os ativos financeiros passam por revisões periódicas de classificação de estágio, permitindo melhora conforme critérios definidos que levam em consideração a inexistência de parcelas vencidas e a manutenção de pagamentos e/

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ou outras características que possibilitam identificar melhora na capacidade financeira para honrar as obrigações existentes.

h) Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata die* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas no quadro abaixo, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

	Controladora	Consolidado
Imobilizado	Taxa anual de depreciação	Taxa anual de depreciação
Edificações	4%	4%
Móveis, utensílios e instalações	10%	10%
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20%	20%
Sistemas de transporte	20%	20%
Outras imobilizações	10%	10%

l) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear. No exercício, o Banco Sicredi e suas controladas não apresentaram s Ativos Intangíveis.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do exercício em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Ativos em moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do exercício.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas.

p) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre as diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a CSLL. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

Em atendimento às novas normas, as projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber:

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

As *obrigações legais* são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para contingências, valor justo de instrumentos financeiros, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Plano de previdência complementar

A Companhia e suas controladas participam de planos de previdência administrados por entidades abertas (EAPCs), como PGBL, VGBL e planos instituídos. Esses planos são classificados como benefícios pós-emprego sem obrigação atuarial futura, pois a responsabilidade do patrocinador se restringe às contribuições previstas em regulamento, sem necessidade de aportar valores extras para garantir benefícios.

As contribuições patronais obrigatórias, contratuais ou voluntárias, são registradas como despesa de pessoal no período em que o empregado presta o serviço e a contribuição se torna devida, não sendo reconhecidos passivos atuariais ou provisões adicionais, já que não há compromisso além dos aportes regulares.

t) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

u) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui resultados não recorrentes.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Efeitos dos ajustes de transição patrimonial em 1º de janeiro de 2025 – Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23

Os efeitos dos ajustes de transição decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23 foram reconhecidos, originalmente, no patrimônio líquido do Banco Sicredi, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Na Sicredi Participações, tais efeitos são observados exclusivamente em razão da aplicação do método da equivalência patrimonial, uma vez que não decorrem de ajustes diretos em seus ativos e passivos. Assim, o montante registrado em seu patrimônio líquido, que totalizou R\$ 23.136, corresponde à parcela proporcional de sua participação societária no Banco Sicredi (92,49%), refletindo os ajustes de transição efetuados pela investida, cujos valores encontram-se detalhados nos quadros explicativos apresentados:

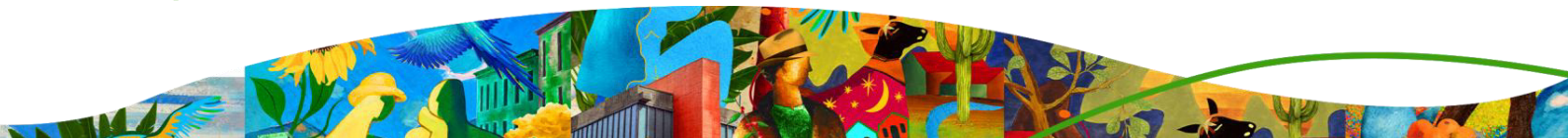
- a) Efeitos dos ajustes de transição reconhecidos na Sicredi Participações, decorrentes da controlada Banco Sicredi:

Saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	4.954.988
Efeito do ajuste de transição no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas sobre Ajuste de Transição - Res. 4.966	23.136
Efeito no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	23.136
Saldo do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	4.978.124

- b) Efeitos dos ajustes de transição reconhecidos na controlada Banco Sicredi:

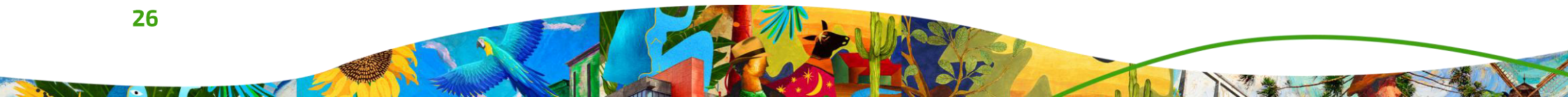
Saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	4.951.015
Efeito do ajuste de transição no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	
(Reversão) Perda de crédito esperada para operações de crédito, repasses interfinanceiros e demais ativos financeiros	51.828
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma (a)	947
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito e repasses interfinanceiros	13
Imposto de renda diferido	(27.773)
Efeito no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	25.015
Saldo do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	4.976.030

^(a) A mensuração de ativos financeiros foi modificada conforme a nova classificação da norma;

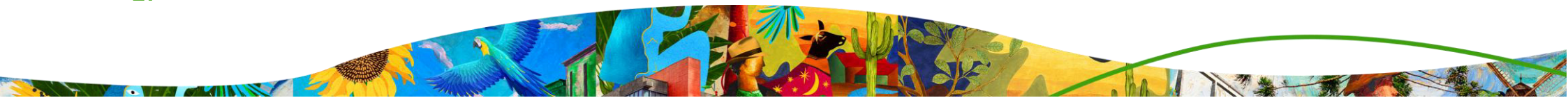


Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23:

Ativo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Remensurações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Custo amortizado	19.534.727	-	(6.151)	(6.151)	-	-	19.528.576	Ativo financeiro ao custo amortizado
Títulos e valores mobiliários e derivativos	Disponível para venda	5.324.992	-	(18)	(18)	-	-	5.324.974	Ativo financeiro ao valor Justo por meio de outros resultados abrangente
	Mantido até o vencimento	26.758.005	-	(2.476)	(2.476)	-	-	26.745.899	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Mantido até o vencimento (CPR)	9.653	(23)	-	-	(9.630)	-	-	
	Negociação	551.503	-	-	-	6.604	996	559.103	Ativo financeiro ao valor Justo por meio do Resultado
Relações interfinanceiros	Custo amortizado	77.089.406	(75.367)	48.319	(27.048)	-	-	77.062.358	Ativo financeiro ao custo amortizado
Operações de crédito	Custo amortizado	37.765.796	(48.325)	9.323	(39.002)	-	-	37.726.794	Ativo financeiro ao custo amortizado
Outros ativos financeiros	Outros créditos/Custo amortizado	18.892.882	-	(79)	(79)	-	-	18.892.803	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Outros títulos com característica de concessão de crédito (CPR) /Custo amortizado	-	-	14	(9)	9.630	-	9.644	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Operações de Câmbio /Custo amortizado	1.115.172	-	-	-	(6.604)	-	1.108.568	Ativo financeiro ao custo amortizado
Total ativos financeiros		187.042.136	(123.715)	48.932	(74.783)	-	996	186.958.719	



Passivo Financeiro e outros passivos	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Provisão para risco de crédito 31/12/2024	Ajuste transição CMN n° 4.966/21 e BCB n° 352/23	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Remensurações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	Custo amortizado	61.784.821	-	-	-	-	-	61.784.821	Passivo financeiro ao custo amortizado
Captações no mercado aberto	Custo amortizado	9.009.683	-	-	-	-	-	9.009.683	Passivo financeiro ao custo amortizado
Recursos de aceites e emissão de títulos	Custo amortizado	51.878.606	-	-	-	-	-	51.878.606	Passivo financeiro ao custo amortizado
Obrigações por empréstimos	Custo amortizado	9.422.684	-	-	-	-	-	9.422.684	Passivo financeiro ao custo amortizado
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	Custo amortizado	33.209.275	-	-	-	-	-	33.209.275	Passivo financeiro ao custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Negociação	207.597	-	-	-	168	(49)	207.716	Passivo financeiro ao valor Justo por meio do Resultado
Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros / Custo amortizado	19.522.166	-	-	-	-	-	19.522.166	Passivo financeiro ao custo amortizado
	Operações de Câmbio /Custo amortizado	168	-	-	-	(168)	-	-	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos	Operações com garantias financeiras prestadas	638.379	4.431	-	-	(4.431)	-	638.379	
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	Operações com garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e crédito a liberar	-	-	(2.896)	1.535	4.431	-	1.535	
Total passivos financeiros e outros passivos		185.673.379	4.431	(2.896)	1.535	-	(49)	185.674.865	



Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades (a)		1.722	602.833
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	6a	-	10.042
Aplicações em moedas estrangeiras		-	10.042
Depósitos voluntário no Banco Central	7	-	1.987.499
Títulos e valores mobiliários (b)		35.207	359.406
Fundos de investimento	8a	35.207	359.406
Total		36.929	2.959.780

- (a) As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.
- (b) A partir de janeiro de 2025, as controladas do Banco e a Sicredi Participações passaram a incluir as cotas de fundos de renda fixa como caixa e equivalentes de caixa, em razão de sua liquidez imediata e da intenção de utilização como recurso disponível para a gestão de caixa, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente entre períodos, em razão das estratégias adotadas sobre as aplicações no mercado aberto.



Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição da Carteira

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a período futuros.

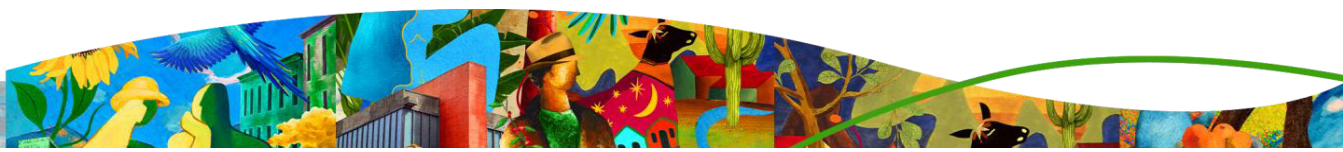
Descrição	Consolidado		
	31/12/2025		
	A vencer		
	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.383.132	7.734.542	9.117.674
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.386.029	7.737.290	9.123.319
Provisão para perdas esperadas	(2.897)	(2.748)	(5.645)
Aplicações em moedas estrangeiras	10.042	-	10.042
Aplicações em moedas estrangeiras	10.043	-	10.043
Provisão para perdas esperadas	(1)	-	(1)
Total Líquido 2025	1.393.174	7.734.542	9.127.716
Total circulante			1.393.174
Total não circulante			7.734.542

b) Classificação das Aplicações interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Consolidado
	31/12/2025
Ativo financeiro mensurado a custo amortizado (Alocados em Estágio 1)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.133.362
Provisão para perdas esperadas	(5.646)
Total	9.127.716

Descrição	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716
Total	19.534.727	(10.401.365)	(5.646)	9.127.716

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nas aplicações interfinanceiras de liquidez que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.



Banco Cooperativo Sicredi S.A.

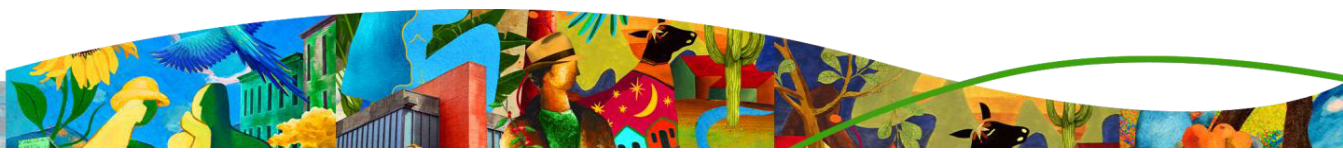
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Depósitos no Banco Central do Brasil

Descrição	Consolidado
	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	
Depósitos voluntários no Banco Central (a)	1.987.499
Reservas compulsórias - depósitos de poupança (b)	6.916.172
Conta de pagamentos instantâneos - Conta PI (c)	572.506
Crédito rural PROAGRO a receber	1.663
Total circulante	9.477.840

- (a) Os depósitos voluntários referem-se a recursos da sua liquidez registrados na conta de Reservas Bancárias, de forma voluntária, conforme Resolução BCB nº 129/2021 e Comunicado nº 38.288/2022, com duração de um dia útil e remuneração diária definida pelo Banco Central do Brasil (BCB), no formato anual considerando-se 252 dias úteis.
- (b) Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central.
- (c) Os pagamentos instantâneos referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para a conta de pagamentos instantâneos (Conta PI) para liquidar as operações do Pix, cuja conta passou a ser remunerada a partir de agosto de 2022, em atendimento a Resolução BCB nº 235/2022.

Em 13 de maio de 2024, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 379, que estabeleceu a suspensão da exigibilidade do recolhimento de compulsório sobre recursos de poupança em função do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. Com isso, o Banco Sicredi deixou de recolher junto ao Bacen tais depósitos e direcionou parte destes recursos para as Cooperativas Singulares da região do Rio Grande do Sul por intermédio de aplicações em depósitos interfinanceiros (DI) e repasses interfinanceiros (operações de crédito). Em 2025, os saldos passaram a ser recolhidos de forma gradual.



Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da Carteira

	Controladora		Consolidado				
	31/12/2025		31/12/2025				
	Sem vencimento	TOTAL	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	TOTAL
Ativo Financeiro custo amortizado							
Carteira própria							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	676.520	676.520
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	-	-	2.405.299	2.405.299
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	-	(14.762)
Aplicações de renda fixa no exterior	-	-	-	670.322	-	-	670.322
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	-	(421)
Vinculados a operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	19.349.298	19.349.298
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	5.397.832	5.397.832
Total ativo financeiro custo amortizado	-	-	-	670.322	-	27.828.949	28.484.088
Ativos Financeiros a VJORA							
Carteira própria							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	180	180
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	2.763.062	2.763.062
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	10.465.122	10.465.122
Letras Financeiras - LF	-	-	-	16.426	-	74.149	90.575
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	-	(13)
Vinculados a operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	2.034.690	2.034.690
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	6.498.470	6.498.470
Letras Financeiras - LF	-	-	-	9.448	-	16.835	26.283
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	14	14
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	-	(4)
Total ativo financeiro a VJORA	-	-	-	25.874	-	21.852.522	21.878.379
Ativos Financeiros a VJR							
Carteira própria							
Fundos de investimento	35.207	35.207	359.406	-	-	-	359.406
Demais cotas de fundos	-	-	1.100	-	-	-	1.100
Participações em cooperativas	-	-	28	-	-	-	28
Instrumentos financeiros derivativos							
Futuros	-	-	-	2.026	89.989	139.600	231.615
Swap	-	-	-	-	83.310	-	83.310
NDF	-	-	-	2	14	129.589	129.605
Contratos de câmbio	-	-	-	2.024	4.120	10.011	16.155
	-	-	-	-	2.545	-	2.545
Total ativo financeiro a VJR	35.207	35.207	360.534	2.026	89.989	139.600	592.149
Total Títulos e Valores mobiliários	35.207	35.207	360.534	698.222	89.989	49.821.071	50.954.616

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

I. Mensurados ao Custo Amortizado

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Alocados em Estágio 1)			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.423.650	-	25.423.650
Letras financeiras Subordinadas	2.405.299	(14.762)	2.390.537
Aplicações de renda fixa no exterior	670.322	(421)	669.901
Total 2025	28.499.271	(15.183)	28.484.088

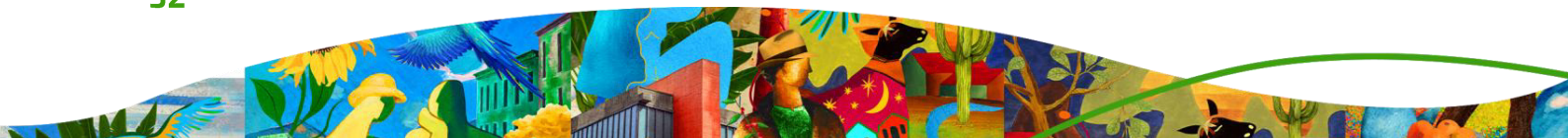
	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.792.500	3.631.150	-	25.423.650
Letras financeiras Subordinadas	2.142.475	262.824	(14.762)	2.390.537
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.218.289	(2.218.289)	-	-
Aplicações de renda fixa no exterior	604.741	65.581	(421)	669.901
Total 2025	26.758.005	1.741.266	(15.183)	28.484.088

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nos títulos e valores mobiliários mensurados a custo amortizado que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.

II. Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes.

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido de perda esperada
Ativos financeiros - Valor justo em outros resultados abrangentes			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.034.870	-	2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.261.532	-	9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.465.136	-	10.465.136
Letras Financeiras - LF	116.858	(17)	116.841
Total 2025	21.878.396	(17)	21.878.379



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Provisão líquida	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.590.475	444.395	-	2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.523.707	5.737.825	-	9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	79.698	10.385.438	-	10.465.136
Letras Financeiras - LF	131.112	(14.254)	(17)	116.841
	5.324.992	16.553.404	(17)	21.878.379

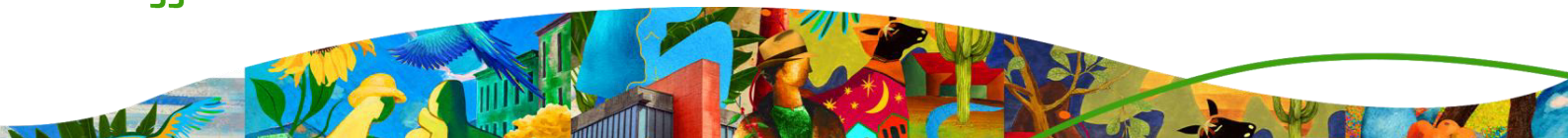
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nos títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes que ensejaram na migração para os Estágios 2 ou Estágio 3.

III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Controladora
	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	
Fundos de investimento de renda fixa	35.207
Total 2025	35.207

	Consolidado
	31/12/2025
	Valor líquido de perda esperada
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	
Fundos de investimento de renda fixa	359.406
Demais cotas de fundos	1.100
Participações em cooperativas	28
Instrumentos financeiros derivativos	231.615
Total 2025	592.149

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento de renda fixa	5.098	30.109	35.207
Demais cotas de fundos	-	-	-
Participações em cooperativas	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total 2025	5.098	30.109	35.207



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/(Liquidação)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento de renda fixa	238.666	120.740	359.406
Demais cotas de fundos	-	1.100	1.100
Participações em cooperativas	28	-	28
Instrumentos financeiros derivativos	-	231.615	231.615
Total 2025	238.694	353.455	592.149

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

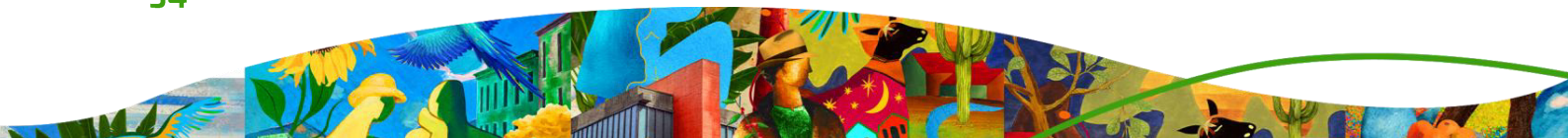
IV. Resumo da carteira consolidada por categoria de mensuração

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Valor contábil	Perda esperada	Valor contábil líquido	Valor contábil	Perda esperada	Valor contábil líquido
Mensurado ao custo amortizado	-	-	-	28.499.271	(15.183)	28.484.088
Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes	-	-	-	21.878.396	(17)	21.878.379
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	35.207	-	35.207	592.149	-	592.149
Total 2025	35.207	-	35.207	50.969.816	(15.200)	50.954.616

V. Hierarquia de Valor Justo

O Banco Sicredi classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor justo, que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração.

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Títulos e valores mobiliários			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.034.870	-	2.034.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.261.532	-	9.261.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.465.136	-	10.465.136
Letras Financeiras - LF	-	116.841	116.841
Total 2025	21.761.538	116.841	21.878.379



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31/12/2025	
	Nível 1	Total
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimento de renda fixa	35.207	35.207
Demais cotas de fundos	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		
Futuros	-	-
Swap	-	-
NDF	-	-
Contratos de câmbio	-	-
Total 2025	35.207	35.207

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento de renda fixa	359.406	-	359.406
Demais cotas de fundos	1.100	-	1.100
Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros	83.310	-	83.310
Swap	-	129.605	129.605
NDF	-	16.155	16.155
Contratos de câmbio	-	2.545	2.545
Total 2025	443.816	148.305	592.121

VI. Reclassificação de ativos financeiros

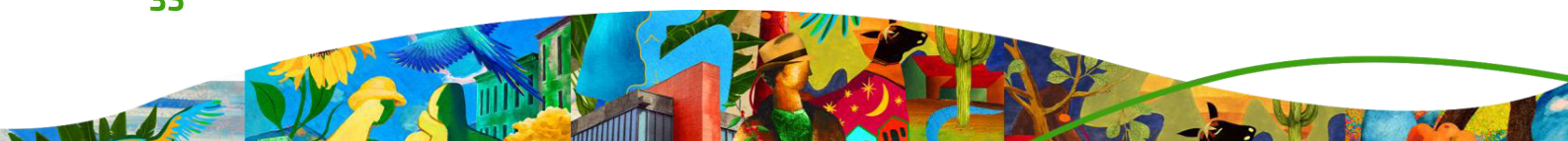
Em 1º de janeiro de 2025 foram reclassificadas para o grupo de “Outros ativos financeiros” as operações de Cédula de Produto Rural (CPR) que até 31 de dezembro de 2024, estavam classificadas como “Títulos e valores mobiliários”. O saldo reclassificado foi R\$ 9.630, sem alteração de mensuração destes ativos, conforme evidenciado na nota explicativa nº4.

Os contratos de operações de câmbio com liquidação futura e câmbio pronto, classificados nos grupos de “Outros ativos financeiros” e “Outros passivos financeiros” até 31 de dezembro de 2024 como custo amortizado, foram reclassificados como derivativos a partir de 1º de janeiro de 2025. O saldo reclassificado foi de R\$ 6.604 no ativo e de R\$ 168 no passivo, com alteração de classificação/mensuração, para valor justo por meio do resultado, conforme evidenciado na nota explicativa nº4.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Sicredi utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap cujo objeto de proteção são operações realizadas em moeda estrangeira. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação.

Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, bem como as captações objeto de proteção, são ajustados a valor justo, exceto quando mantido até o vencimento em operações casadas com a mesma contraparte (instrumento e objeto). A determinação dos valores de mercado dessas operações é realizada



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

através de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela administração do Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são operados de forma casada com contratos derivativos, no qual o instrumento utilizado para proteção das oscilações das taxas são contratos de DI Futuro. O objetivo desse instrumento é a proteção na oscilação das taxas dos títulos públicos prefixados.

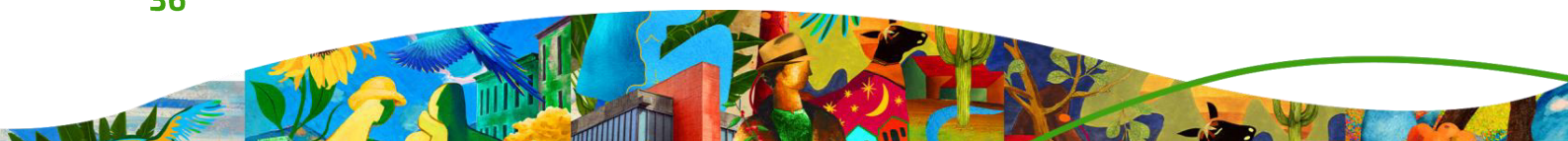
Os títulos públicos objetos de proteção são ajustados ao valor justo, usando premissas de preços de mercado, obtidos através de cotações para ativos e passivos com características iguais ou semelhantes. Na indisponibilidade dessas premissas, são utilizadas modelagens de precificação, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela gestão da entidade. Quanto aos instrumentos financeiros, custodiados pela B3, eles possuem ajustes diários das operações de futuros que são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, respeitando a metodologia de cada operação, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

O Banco estabeleceu a contabilidade de *Hedge* para as operações com derivativos de swap, no qual o objeto de proteção são captações no mercado externo, bem como as operações de DI Futuro, cujo objeto de proteção são os títulos públicos disponíveis para venda prefixados ou títulos privados prefixados. Também, são protegidas pelas operações de DI Futuro as operações de crédito ativas adimplentes prefixadas e emissões de ativos financeiros de renda fixa prefixadas, ambas, quando apresentarem características pré-definidas.

Portanto, as variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, independente da sua classificação conforme a Resolução 4966/21, uma vez obedecida a Circular nº 3.082/02, que dispõe sobre o reconhecimento de operações de *Hedge Accounting* em contas do resultado, quando classificadas como risco de mercado.

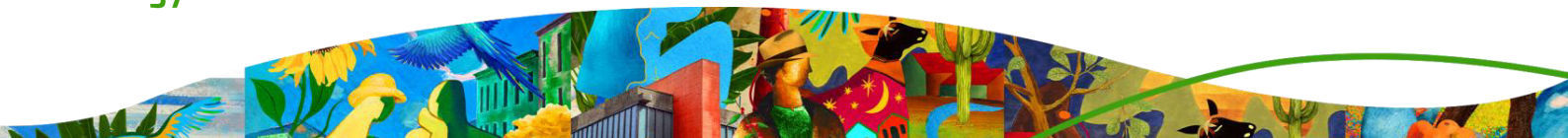
Em 31 de dezembro de 2025, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos específicos cujo ajuste é realizado apenas pela curva, registrados e avaliados conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			
	Posição líquida dos contratos a vencer			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Compensação</u>				
Contratos futuros	1.340.575	13.533.363	25.720.780	40.594.718
Contratos de swap	58.749	625.143	4.382.659	5.066.551
Contrato de NDF	55.807	153.373	497.399	706.579
Contratos de câmbio	-	75.285	-	75.285
Total - 2025	1.455.131	14.387.164	30.600.838	46.443.133
<u>Contratos de futuros</u>				
Posição ativa	-	-	83.310	83.310
Posição passiva	-	-	(24.596)	(24.596)
<u>Contratos de swap</u>				
Posição ativa	2	14	129.589	129.605
Posição passiva	(1)	(2.753)	(163.726)	(166.480)
<u>Contratos de NDF</u>				
Posição ativa	2.024	4.120	10.011	16.155
Posição passiva	(1.978)	(4.304)	(14.556)	(20.838)
<u>Contratos de câmbio (a)</u>				
Posição ativa	-	2.545	-	2.545
Total posição Ativa	2.026	6.679	222.910	231.615
Total posição Passivo	(1.979)	(7.057)	(202.878)	(211.914)
Total - 2025	47	(378)	20.032	19.701
Total circulante				(331)
Total não circulante				20.032

(a) Saldo de operações de câmbio com liquidação futura e câmbio pronto que, conforme Resolução 4.966/21 passaram a ser registrados como derivativos.



Sicredi Participações S.A.

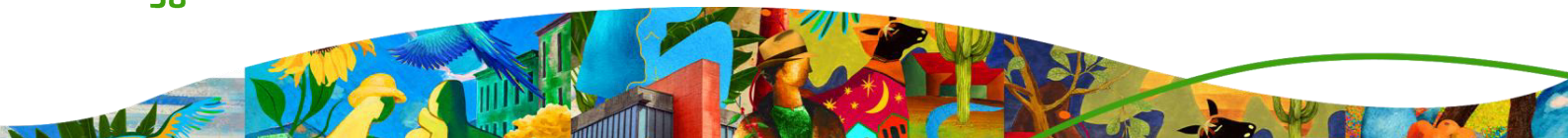
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025		
	Valor referencial dos contratos	Valor Justo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Curva
Contratos de futuros	40.594.718	58.714	-
Compromisso de compra	(2.305.563)	(1.439)	-
DI Futuro	(2.171.989)	(153)	-
WDO Futuro	(24.976)	(223)	-
DDI Futuro	(95.374)	(1.045)	-
Outros	(13.224)	(18)	-
Compromisso de venda	38.289.155	60.153	-
DI Futuro	33.303.335	(20.107)	-
DOL Futuro	4.749.520	77.495	-
DDI Futuro	197.500	2.735	-
Outros	38.800	30	-
Contratos de swap	5.066.551	(36.875)	1.136.519
Posição ativa	1.539.272	129.605	327.639
Moeda estrangeira	1.539.272	129.605	327.639
Posição passiva	3.527.279	(166.480)	808.880
Moeda estrangeira	3.527.279	(166.480)	808.880
Contratos de NDF	706.579	(4.683)	5.215
Posição ativa	211.189	16.155	18.389
Moeda estrangeira	211.189	16.155	18.389
Posição passiva	495.390	(20.838)	(13.174)
Moeda estrangeira	495.390	(20.838)	(13.174)
Contratos de câmbio	75.285	2.545	-
Posição ativa	50.979	2.545	-
Moeda estrangeira	50.979	2.545	-
Posição passiva	(24.306)	-	-
Moeda estrangeira	(24.306)	-	-
Total 2025	46.443.133	19.701	1.141.734

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2025, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no ativo é de R\$ 83.310 e no passivo é de R\$ 24.596 (na controladora e no consolidado).

O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$ 1.295.278.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha títulos públicos federais dados em garantia para operações realizadas em bolsas, conforme exigência de margem de garantia pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. O valor total registrado na posição patrimonial referente a esses ativos é de R\$ 2.742.048.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O Banco Sicredi utiliza *Hedge Accounting* para parear perdas e ganhos de derivativos para *Hedge* (doravante instrumento) às perdas e ganhos de ativos e passivos que são itens objetos de *Hedge* (doravante objeto ou item), gerando benefício de previsibilidade e diminuição da volatilidade no balanço. A norma interna de *Hedge Accounting* estabelece as regras de utilização no Banco Sicredi, isto é, regras para alteração do reconhecimento do objeto e do instrumento de *Hedge* nas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentados os valores referenciais, objetos e instrumentos financeiros referente as operações classificadas como *Hedge accounting*.

Hedge de Valor Justo: Tem como objetivo mitigar os efeitos de variações no valor de mercado, inclusive de câmbio, dos itens objeto de proteção. As variações nos preços dos derivativos utilizados para *Hedge* de risco de valor de mercado, bem como dos ativos ou passivos protegidos, são reconhecidas diretamente no resultado da instituição.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco Sicredi mantinha três estratégias distintas de *Hedge* de valor justo:

I Hedge de Risco de Taxa Prefixada:

Tem o objetivo de proteger ativos financeiros com taxa de remuneração ou pagamento prefixada, como títulos públicos federais e títulos privados, cujos valores justos estão sujeitos a oscilações em função das variações nas taxas de juros de mercado. Para essa finalidade, são utilizados contratos de futuros de DI como instrumentos de *Hedge*.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco reclassificou do patrimônio líquido para o resultado do exercício um ganho não realizado de R\$ 260.703 referente ao ajuste da marcação a mercado sobre títulos classificados como Valor Justo por maio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), tendo em vista a classificação desses objetos como *Hedge* de Risco de Mercado para fins de cumprimento das normas de *Hedge Accounting*.

II Hedge de Risco Cambial:

Visa proteger captações em moeda estrangeira, especialmente em dólar, contra variações cambiais e de taxas de juros internacionais. A estrutura de risco das captações que o Banco se protege inclui combinações de variação cambial, taxa SOFR e taxa prefixada. Como instrumentos de *Hedge*, são utilizados contratos de swap de taxa de juros pré/pós-fixada.

III Hedge de Risco de taxa de juros do portfólio:

Refere-se à proteção da carteira de repasses interfinanceiros em que as cooperativas do Sistema Sicredi são contrapartes, contratados a taxas prefixadas. Para mitigar o risco de descasamento entre os ativos e os passivos de funding (LF, CDB, CDI, LCA), decorrente da variação da expectativa de taxa de juros de referência dos depósitos interbancários brasileiros (CDI), o Banco utiliza contratos de DI Futuro como instrumentos de *Hedge*.

Devido à natureza dinâmica da carteira de Repasses Interfinanceiros protegida, sujeita a pré-pagamentos e liberações de novas operações em diferentes momentos, a exposição ao risco de taxa de juros é monitorada continuamente. Sempre que necessário, os contratos de DI Futuro são reequilibrados para manter a efetividade da estratégia, conforme os parâmetros definidos na documentação do *Hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

De acordo com a sua estratégia de proteção do risco de taxas de juros, o Banco calcula o DV01 (Delta Value of a Basis Point - Valor Delta de um Ponto Base) da exposição e dos futuros, a fim de identificar a proporção ideal de cobertura e monitorar tempestivamente a relação de *Hedge*. A necessidade de compra ou venda de novos contratos de DI Futuro é avaliada diariamente, com o objetivo de contrabalançar as variações no valor de mercado do item protegido e assegurar a eficácia da estratégia.

Efetividade de Hedge de Valor Justo: Para avaliar a eficácia e mensurar a efetividade das estratégias, o Banco adota o método Dollar Offset, cuja análise é realizada mensalmente. Esse método consiste na comparação entre a variação no valor justo do instrumento de *Hedge* e a variação no valor justo do item objeto da proteção, ambas atribuídas ao risco coberto, como a variação nas taxas de juros ou de câmbio.

O teste de efetividade busca verificar se as alterações no valor de mercado ou nos fluxos de caixa do instrumento de *Hedge* compensam as variações correspondentes no item objeto. Essa relação é expressa por meio do índice de *Hedge*, que representa a razão entre essas variações. Para que a relação de *Hedge* seja considerada efetiva, esse índice deve permanecer dentro do intervalo de 80% a 125%, conforme estabelecido na documentação da estratégia e com base na Circular nº 3.082/2002 do Bacen.

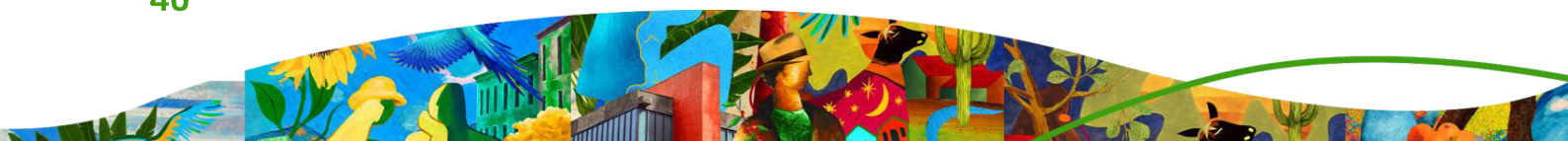
Consolidado							
Estratégia		31/12/2025					
Objeto	Instrumento	Objeto			Instrumento		
		Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo
Risco de Taxa Prefixada (1)							
Títulos Públicos Federais	Futuros	19.381.785	19.642.488	260.703	17.912.179	17.912.179	-
Títulos Privados	de DI	1.257.640	1.262.447	4.807	1.261.164	1.261.164	-
Risco Cambial (2)							
Captação em dólar	SWAP de taxa pós fixada	3.965.700	3.913.613	151.009	3.965.700	3.913.613	151.009
Risco de Taxa de Juros do Portfólio (3)							
Carteira de outras fontes - Ativo		797.504	672.249	(7.550)	(816.100)	(689.946)	7.513
Carteira de outras fontes - Passivo	Futuros	(4.561.784)	(3.678.441)	63.802	4.576.500	3.689.368	(64.096)
Repasse de crédito	de DI	15.195.148	12.522.602	(26.000)	(15.485.300)	(12.891.851)	25.408
Depósito interfinanceiro		865.095	484.024	(28.928)	(865.000)	(484.096)	28.919

(1) Os objetos protegidos (títulos públicos federais e títulos privados) possuem remuneração prefixada, estando sujeitos à variação nas taxas de juros de mercado.

(2) As captações protegidas são denominadas em dólar, com estrutura de risco composta por variação cambial (USD/BRL), taxa SOFR e taxa de juros prefixada. Os SWAPs convertem essa exposição cambial e taxa de juros internacional em uma taxa pós-fixada (CDI).

(3) A exposição está relacionada à variação da expectativa da taxa CDI, considerando o descasamento entre ativos prefixados (repasse interfinanceiros) e passivos com diferentes indexadores (LF, CDB, CDI, LCA).

Hedge de Fluxo de Caixa: O *Hedge* de fluxo de caixa tem como objetivo mitigar os efeitos de variações nos fluxos de caixa futuros da instituição, relacionados a exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. Nessa modalidade, a parcela efetiva da variação no valor justo dos instrumentos de *Hedge* é registrada em conta



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

destacada no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado à medida que os fluxos de caixa protegidos são realizados.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco Sicredi mantinha duas estratégias de *Hedge* de fluxo de caixa:

I Hedge de Risco de Taxa Prefixada:

Essa estratégia visa proteger os fluxos de caixa futuros relacionados a captações em dólar com remuneração flutuante atrelada à taxa SOFR 6M + spread. A exposição decorre da incerteza quanto à variação dessa taxa ao longo do tempo, impactando os pagamentos de juros futuros. Os instrumentos de *Hedge* (proteção) são contratos de swap negociados em balcão com a ponta ativa pós-fixada em SOFR 6M + Spread em dólar e a ponta passiva prefixada em dólar.

A conversão do fluxo de caixa flutuante para uma taxa prefixada ocorre por meio da ponta passiva dos swaps, resultando em um pagamento fixo na data de vencimento das operações e reduzindo a volatilidade dos fluxos de caixa.

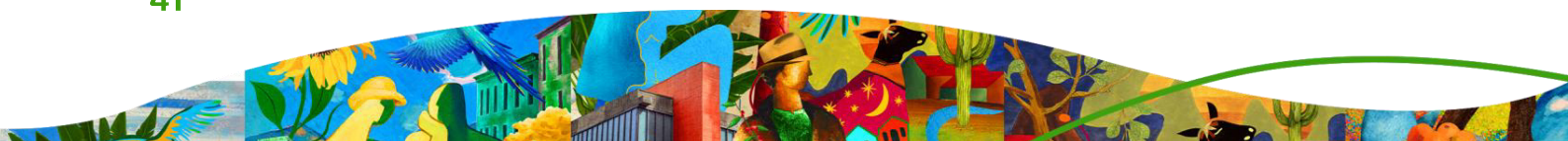
II Hedge de Risco de variação cambial:

Essa estratégia protege uma parcela da margem comercial formada entre operações de crédito ativas e repasses contratados junto ao BNDES, ambos indexados ao dólar. Essa margem é impactada pela variação cambial entre os fluxos de receitas e despesas denominadas na mesma moeda.

Os objetos de *Hedge* (itens protegidos) correspondem a uma parcela dos fluxos de caixa futuros da margem comercial, definida pela diferença entre a taxa de juros da carteira de crédito ativa em dólar e a taxa de juros dos repasses contratados junto ao BNDES por meio do produto TFBD – Taxa Fixa BNDES em dólar. Os instrumentos de *Hedge* (proteção) são contratos de termo de moeda (NDFs), negociados em balcão, que convertem a exposição cambial da margem comercial em uma posição prefixada. A ponta contratada dos NDFs fixa a taxa de câmbio futura, reduzindo a incerteza sobre os fluxos de caixa da operação como um todo.

Efetividade de Hedge de Fluxo de Caixa: A relação de *Hedge* é designada conforme os critérios estabelecidos pela Circular BCB nº 3.082/2002, sendo avaliada quanto à sua efetividade por meio do método do Derivativo Hipotético. Esse método consiste em comparar a variação no valor justo do instrumento de *Hedge* com a variação de um derivativo hipotético que teria características idênticas às do item objeto da proteção.

A parcela efetiva da variação no valor justo dos instrumentos de *Hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, compondo uma conta específica no patrimônio líquido. À medida que os fluxos de caixa protegidos se realizam, os valores acumulados nessa conta são reclassificados para o resultado, refletindo os efeitos econômicos da proteção.



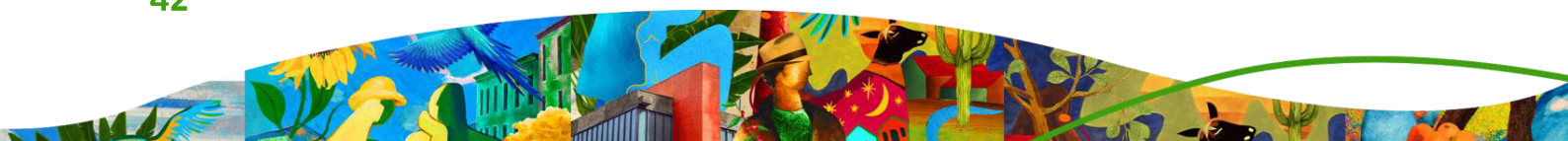
Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Consolidado					
Estratégia		31/12/2025			
Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumentos de Hedge		
Risco de Taxa Prefixada (1)		Valor referencial	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL
Captação em dólar taxa pré + pós	SWAP de taxa pré/pós fixada	312.752	312.752	3.961	3.840
Risco Cambial (2)		Valor referencial	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste de valor justo no PL
Fluxos de caixa futuros da carteira ativa e repasses BNDES (TFBD), ambos em dólar.	NDFs para fixar a taxa de câmbio e proteger a margem cambial	119.762	119.762	7.233	5.316

(1) As captações protegidas são denominadas em dólar, com indexação à variação cambial (USD/BRL), à taxa SOFR semestral e a uma taxa de juros prefixada. Os swaps utilizados possuem estrutura que converte essa exposição em uma taxa prefixada em dólar.

(2) Os fluxos de caixa protegidos são denominados em dólar, com exposição à variação cambial (USD/BRL). Os NDFs utilizados fixam a taxa de câmbio futura, convertendo a exposição cambial da margem comercial em uma taxa prefixada.



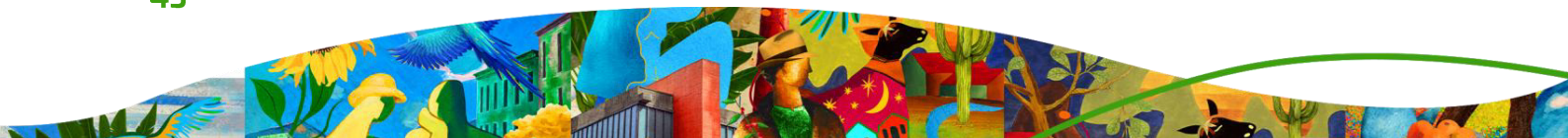
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Repasse interfinanceiros, operações de crédito e provisão para perdas esperadas

a) Composição por tipo de operação

	Nota	Consolidado				
		31/12/2025				
		A vencer				
		Vencidos a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Repasse interfinanceiros de recursos do crédito rural e outros recursos (a)		-	7.307.751	34.725.606	40.145.591	82.178.948
Provisão para perdas incorridas e esperadas						(15.504)
Subtotal - Repasses Interfinanceiros, líquido de Perda de Crédito Esperada						82.163.444
Operações de crédito		3.689	2.525.517	10.018.254	32.551.045	45.098.505
Empréstimos e títulos descontados		-	707.664	2.101.073	4.239.851	7.048.588
Financiamentos		3.689	537.578	1.367.040	2.225.278	4.133.585
Financiamentos rurais e agroindustriais		-	1.184.021	6.275.206	23.502.102	30.961.329
Financiamentos imobiliários		-	96.254	274.935	2.583.814	2.955.003
Provisão para perdas incorridas e esperadas						(17.919)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda Incorrida e Esperada						45.080.586
Outros ativos financeiros	10	-	258.303	841.362	32.867	1.132.532
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		-	254.626	829.415	10.237	1.094.278
Títulos com característica de concessão de crédito		-	3.677	11.947	22.630	38.254
Provisão para perdas incorridas e esperadas						(63)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada						1.132.469
Total Bruto - 2025		3.689	10.091.571	45.585.222	72.729.503	128.409.985
Total circulante						55.680.482
Total não circulante						72.729.503
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas						(33.486)
Total da carteira líquida de provisão						128.376.499

(a) Os valores apresentados incluem os efeitos do ajuste de marcação a mercado relacionados as carteiras de crédito, objeto de *Hedge Accounting*, que são estratégias de proteção de risco de mercado de portfólios de repasse para as Cooperativas.

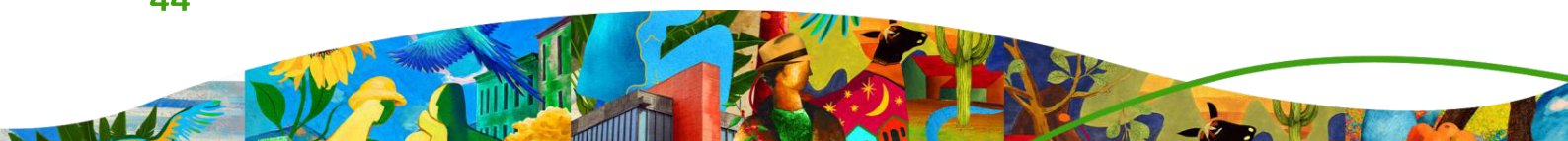


Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

b) Composição das operações por estágios:

Consolidado				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total da carteira
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Repasse Interfinanceiros	82.178.948	-	-	82.178.948
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(15.504)	-	-	(15.504)
Subtotal - Repasse Interfinanceiros, líquido de Perda de Crédito Esperada	82.163.444	-	-	82.163.444
Operações de crédito	45.057.320	33.598	7.587	45.098.505
Empréstimos e títulos descontados	7.048.588	-	-	7.048.588
Financiamentos	4.092.400	33.598	7.587	4.133.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	30.961.329	-	-	30.961.329
Financiamentos imobiliários	2.955.003	-	-	2.955.003
Provisão para perdas esperadas	(9.099)	(2.512)	(1.818)	(13.429)
Provisão para perdas incorridas	-	-	(4.490)	(4.490)
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(9.099)	(2.512)	(6.308)	(17.919)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada	45.048.221	31.086	1.279	45.080.586
Outros ativos financeiros	1.132.532	-	-	1.132.532
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.094.278	-	-	1.094.278
Títulos com característica de concessão de crédito	38.254	-	-	38.254
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(63)	-	-	(63)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada	1.132.469	-	-	1.132.469
Total Bruto 2025	128.368.800	33.598	7.587	128.409.985
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas	(24.666)	(2.512)	(6.308)	(33.486)
Total da carteira de crédito líquida de provisão	128.344.134	31.086	1.279	128.376.499



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

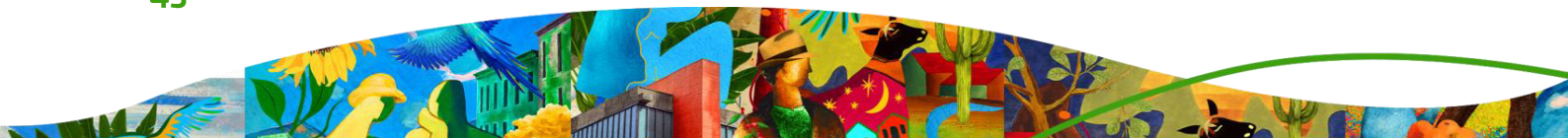
c) Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Consolidado	
	31/12/2025	
Saldo em 31/12/2024		(123.692)
Ajuste de transição Res. 4.966 - reversão de provisão		57.642
Reversão de provisão		23.836
Subtotal		(42.214)
Créditos baixados para compensado		8.728
Saldo final		(33.486)

d) Concentração das operações

i) Maiores devedores:

	Consolidado	
	31/12/2025	%
10 maiores devedores	29.536.969	22,69
50 maiores devedores	47.782.492	38,19
100 maiores devedores	6.786.386	5,60
Demais	44.304.138	33,50
Total - 2025	128.409.985	100



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ii) Perfil de atividade:

Perfil	Consolidado					
	31/12/2025					
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	%
Pessoa Jurídica	1.497	8.618.485	38.417.814	45.083.129	92.120.925	71,74
Pessoa Física - Urbano	535	249.109	664.678	3.360.676	4.274.998	3,33
Pessoa Física - Agro	1.657	1.223.977	6.502.730	24.285.698	32.014.062	24,93
Total - 2025	3.689	10.091.571	45.585.222	72.729.503	128.409.985	100

e) Reconciliação da carteira bruta das operações, segregadas por estágios:

Estágio 1	Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição/ (Liquidação) do estágio 1	Saldo Final em 31/12/2025
Repasse Interfinanceiros							82.178.820
Repasse Interfinanceiros	77.509.152	-	-	-	-	4.669.668	82.178.820
Operações de crédito							45.057.448
Empréstimos e títulos descontados	6.854.307	-	-	-	10.700	183.581	7.048.588
Financiamentos	3.379.322	(36.369)	(7.653)	638	3.275	753.303	4.092.516
Financiamentos rurais e agroindustriais	25.447.119	-	-	898	13.558	5.499.766	30.961.341
Financiamentos imobiliários	2.027.755	-	-	84	203	926.961	2.955.003
Outros ativos financeiros							1.132.532
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	892.318	-	-	-	-	201.960	1.094.278
Títulos com característica de concessão de crédito	9.653	-	-	-	-	28.601	38.254
Total - 2025	116.119.626	(36.369)	(7.653)	1.620	27.736	12.263.840	128.368.800

Estágio 2	Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição/ (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito							33.598
Empréstimos e títulos descontados	65	-	-	-	-	(65)	-
Financiamentos	3.821	(638)	(2.292)	36.369	132	(3.794)	33.598
Financiamentos rurais e agroindustriais	922	(898)	-	-	-	(24)	-
Financiamentos imobiliários	84	(84)	-	-	-	-	-
Total - 2025	4.892	(1.620)	(2.292)	36.369	132	(3.883)	33.598



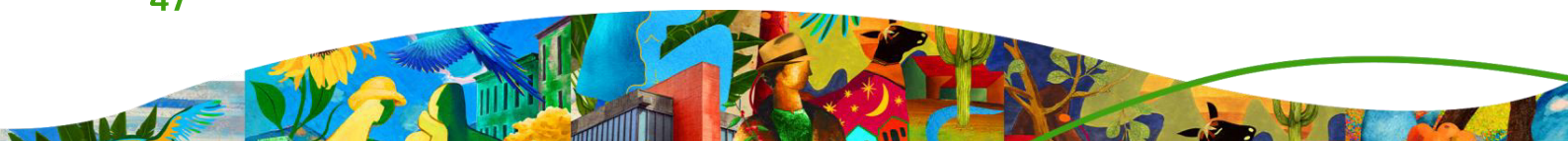
Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Estágio 3	Consolidado							
	31/12/2025							
	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Aquisição/ (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito								7.587
Empréstimos e títulos descontados	18.247	(10.700)	-	-	-	-	(7.547)	-
Financiamentos	13.422	(3.275)	(132)	7.653	2.292	(5.721)	(6.652)	7.587
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.871	(13.558)	-	-	-	-	(5.313)	-
Financiamentos imobiliários	203	(203)	-	-	-	-	-	-
Total - 2025	50.743	(27.736)	(132)	7.653	2.292	(5.721)	(19.512)	7.587

Consolidação dos estágios:

Consolidado dos 3 Estágios	Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo em 01/01/2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Baixa para prejuízo	Aquisição/ (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2025
Repasse Interfinanceiros							
Repasse Interfinanceiros	77.509.152	-	-	-	-	4.669.668	82.178.820
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	6.872.619	10.700	-	(10.700)	-	175.969	7.048.588
Financiamentos	3.396.565	(40.109)	33.571	6.538	(5.721)	742.857	4.133.701
Financiamentos rurais e agroindustriais	25.466.912	14.456	(898)	(13.558)	-	5.494.429	30.961.341
Financiamentos imobiliários	2.028.042	287	(84)	(203)	-	926.961	2.955.003
Outros ativos financeiros							
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	892.318	-	-	-	-	201.960	1.094.278
Títulos com característica de concessão de crédito	9.653	-	-	-	-	28.601	38.254
Total - 2025	116.175.261	(14.666)	32.589	(17.923)	(5.721)	12.240.445	128.409.985



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

f) Reconciliação de perdas esperadas das operações de crédito, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Controladora e Consolidado					
		31/12/2025					
		Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Repasse Interfinanceiros							15.501
Repasse Interfinanceiros	26.152	-	-	-	-	(10.651)	15.501
Operações de crédito							9.101
Empréstimos e títulos descontados	1.937	-	-	-	13	(1.104)	846
Financiamentos	17.635	(2.281)	(1.350)	207	291	(11.342)	3.160
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.550	-	-	1	12	(4.893)	4.670
Financiamentos imobiliários	559	-	-	-	-	(134)	425
Outros ativos financeiros							64
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	580	-	-	-	-	(520)	60
Títulos com característica de concessão de crédito	9	-	-	-	-	(5)	4
Total - 2025	56.422	(2.281)	(1.350)	208	316	(28.649)	24.666

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Controladora e Consolidado					
		31/12/2025					
		Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito							2.512
Financiamentos	1.779	(207)	(1.220)	2.281	81	(202)	2.512
Financiamentos rurais e agroindustriais	1	(1)	-	-	-	-	-
Total - 2025	1.780	(208)	(1.220)	2.281	81	(202)	2.512

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Controladora e Consolidado						
		31/12/2025						
		Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito								6.308
Empréstimos e títulos descontados	17	(13)	-	-	-	-	(4)	-
Financiamentos	6.968	(291)	(81)	1.350	1.220	(5.486)	2.629	6.309
Financiamentos rurais e agroindustriais	20	(12)	-	-	-	-	(9)	(1)
Total - 2025	7.005	(316)	(81)	1.350	1.220	(5.486)	2.616	6.308

Consolidação dos estágios:

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Consolidado					
		31/12/2025					
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Repasse Interfinanceiros							15.501
Repasse Interfinanceiros	26.152	-	-	-	-	(10.651)	15.501
Operações de crédito							846
Empréstimos e títulos descontados	1.954	13	-	(13)	-	(1.108)	846
Financiamentos	26.382	(3.133)	935	2.198	(5.486)	(8.915)	11.981
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.571	13	(1)	(12)	-	(4.902)	4.669
Financiamentos imobiliários	559	-	-	-	-	(134)	425
Outros ativos financeiros							60
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	580	-	-	-	-	(520)	60
Títulos com característica de concessão de crédito	9	-	-	-	-	(5)	4
Total - 2025	65.207	(3.107)	934	2.173	(5.486)	(26.235)	33.486



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

g) Resultado com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	Consolidado
	31/12/2025
Repasses interfinanceiros	8.639.384
Empréstimos	1.079.318
Financiamentos	505.390
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.757.713
Financiamentos habitacionais	202.063
Outros	4.216
Subtotal	12.188.084
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.067
Total	12.190.151

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, o Banco optou em utilizar para fins de taxa efetiva de juros a “metodologia diferenciada proporcional” para operações de crédito.

Foram considerados como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, das operações de crédito.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo totalizaram o montante de R\$ 2.067 e foram registradas como “Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito e repasses interfinanceiros”.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas renegociações de operações de crédito.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

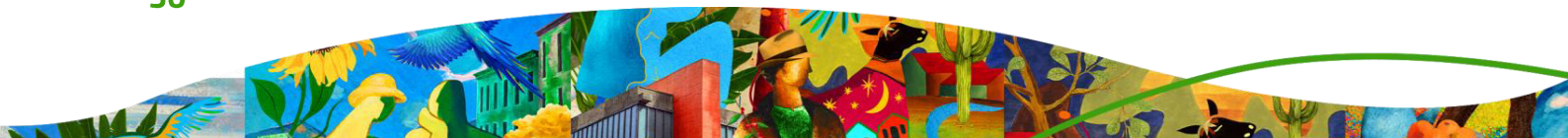
10. Outros ativos financeiros

	Nota	Consolidado 31/12/2025
Outros Ativos financeiros ao Custo Amortizado		
Operações com cartões (a)		16.450.678
Adiantamento de contrato de câmbio	9.a	1.084.041
Rendas a receber		78.587
Serviços prestados a receber		76.190
Títulos com característica de concessão de crédito	9.a	15.624
Devedores por convênios		(7.274)
Transações de pagamento (b)		6.429.238
Total circulante		24.127.084
Adiantamento de contrato de câmbio	9.a	10.237
Títulos com característica de concessão de crédito	9.a	22.630
Devedores por depósitos em garantia		19.945
Total não circulante		52.812
Provisão para perdas esperadas		(120)
Total Líquido 2025		24.179.776

- (a) As operações com cartões referem-se aos saldos que o Banco tem a receber das Cooperativas, sendo o montante composto por: (i) valores da agenda financeira da emissão, que compreendem transações de compras e saques efetuados por nossos Associados e provisionados para pagamento às bandeiras e (ii) valores do produto aceitação, que se referem a saldos a receber no processo de pagamento dos custos da credenciadora, tais como tarifas de bandeiras, custos de processamento e aluguéis das máquinas de cartões.
- (b) As transações de pagamento referem-se a valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizados com cartões de crédito e de débito.

11. Outros ativos

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Despesas antecipadas (a)	45	18.136
Impostos e contribuições a compensar	29.107	187.643
Valores a regularizar	-	25.223
Adiantamentos e antecipações salariais	-	4.316
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição	2	1.614
Compensação interna	-	1.061
Antecipação de despesas a diferir - CPC 47 (b)	-	117.576
Valores a receber empresas do sistema (c)	-	14.884
Portabilidade de crédito ativa	-	2.132
Ressarcimentos diversos	-	7.676
Outros	-	7.315
Total circulante	29.154	387.576
Despesas antecipadas (a)	-	35.706
Antecipação de despesas a diferir - CPC 47 (b)	-	424.160
Total não circulante	-	459.866
Total	29.154	847.442



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- (a) Despesas antecipadas referem-se aos valores da apropriação dos custos de transação das operações de captações internacionais e demais despesas diversas.
- (b) Em conformidade com o CPC 47, todos os pagamentos efetuados às Cooperativas Singulares relacionados ao repasse de taxa de administração antecipada, referente à venda de cotas de consórcio, bem como à comissão antecipada relativa à venda de seguros, passam a ser registrados no ativo. Tais valores são atualizados mensalmente, de acordo com sua competência de reconhecimento, sendo realizados novos diferimentos e a baixa daqueles montantes à medida que são apropriados ao resultado como despesa, conforme o cumprimento das respectivas obrigações de desempenho.
- (c) Valores a receber empresas do Sistema referem-se às despesas administrativas e demais despesas diversas pagas pelo Banco e cobradas posteriormente.

12. Participações em controladas no País

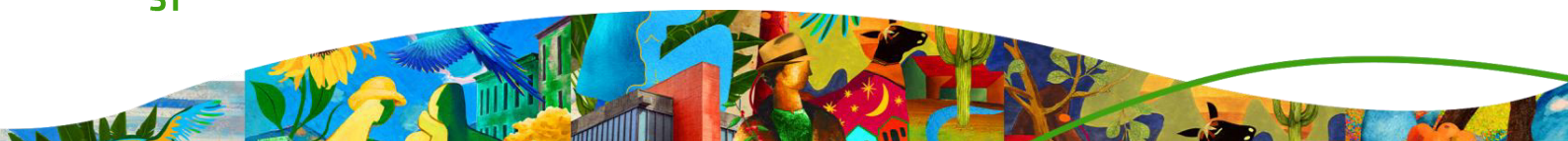
Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação de investimento no Banco é demonstrada como segue:

	Controladora 31/12/2025
Saldos no início do exercício	4.619.086
Aumentos de capital (a)	350.000
Dividendos recebidos ou propostos	(48.840)
Juros Sobre Capital Próprio (b)	(83.239)
Resultado de equivalência patrimonial	132.689
Dividendo adicional de sócio não controlador (c)	(56.743)
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas sobre	23.136
Ajuste de Transição - Res. 4.966	1.091
Outros resultados abrangentes de controlada	
Saldo no final do exercício	4.937.180
Número de ações possuídas	4.064.460.734
Percentual de participação	92,49%

- (a) Aumento de capital no montante de R\$ 350.000 no Banco Sicredi, realizado em 25 de junho de 2025.
- (b) Juros sobre capital próprio - conforme a resolução 4.706/2018, a partir de 1º de janeiro de 2019 a remuneração do capital auferida de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial devem ser reconhecidas no ativo.
- (c) Dividendo adicional de sócio não controlador - corresponde ao efeito da preferência de dividendos do Rabobank sobre as ações preferenciais detidas junto ao Banco, que por acordo de acionistas lhe dá o direito de receber dividendos calculados sobre a base de lucro combinado do Sistema Sicredi (o que inclui todas as Cooperativas Singulares de Crédito).

O dividendo adicional de sócio não controlador é calculado com base em um coeficiente (QPL) que aplicado sobre a base de lucro combinada do Sistema Sicredi gera um dividendo desproporcional quando comparado com o percentual de participação detido pelo Rabobank sobre o capital do Banco demonstrado como segue:

2025			
	Lucro	% de participação acionista não controlador	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Dez/2024	(3.449)	8,05%	278
Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Jan a Nov/2025	146.896	7,51%	(11.036)
Sistema Cooperativo Sicredi (*) - Dez/2024	750.451	1,06%	7.983
Sistema Cooperativo Sicredi (*) - Jan a Nov/2025	6.591.121	0,90%	59.518
Excesso/Desproporção dos dividendos			56.743



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2024			
	Lucro	% de participação acionista não controlador	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Dez/2023	5.632	8,38%	(472)
Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Jan a Nov/2024	144.380	8,05%	(11.617)
Sistema Cooperativo Sicredi (*) - Dez/2023	701.049	1,07%	7.482
Sistema Cooperativo Sicredi (*) - Jan a Nov/2024	6.198.518	1,06%	65.940
Excesso/Desproporção dos dividendos			61.333

(*) O Lucro de R\$ 7.341.572 apresentado corresponde ao resultado do combinado no exercício de R\$ 7.278.951 e somado das participações dos acionistas não controladores R\$ 62.621.

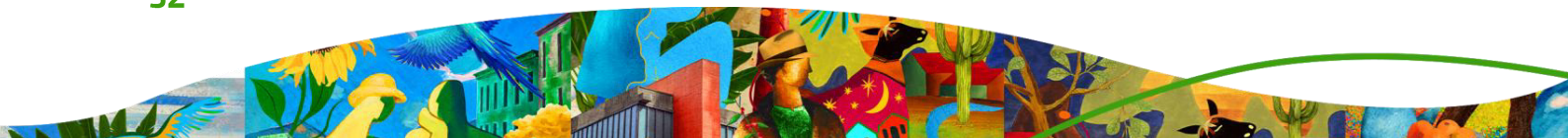
O valor correspondente a esta desproporcionalidade foi registrado na rubrica “resultado de equivalência patrimonial” na demonstração de resultado individual e “participação de não controladores” na demonstração do resultado consolidada.

Apresentamos, a seguir, as informações financeiras resumidas do Banco:

Informações da controlada - Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2025
Total do ativo circulante e não circulante	222.175.305
Passivo circulante e não circulante	216.861.443
Patrimônio líquido	5.313.862
Total do passivo e do patrimônio líquido	222.175.305
Resultado do exercício	180.521

13. Imobilizado de uso

		Controladora								
	Taxas anuais de depre./ amort. %	Saldo no início do período	Aquisição	Baixa	(a) Custo corrigido 31/12/2025	Depre./Amort no início do período	Depre./Amort.	Baixa Depr./Amort	(b) Depre./Amort 31/12/2025	(a) + (b) Líquido 31/12/2025
Imobilizado de uso		680	387	(290)	777	(408)	(87)	150	(345)	432
Edificações	4	8	-	-	8	(4)	-	-	(4)	4
Móveis e utensílios e inst.	10	258	-	-	258	(160)	(14)	-	(174)	84
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20	75	18	-	93	(69)	(2)	-	(71)	22
Sistemas de transporte	20	290	369	(290)	369	(139)	(71)	150	(60)	309
Outras imobilizações	10	49	-	-	49	(36)	-	-	(36)	13
Total		680	387	(290)	777	(408)	(87)	150	(345)	432



Sicredi Participações S.A.

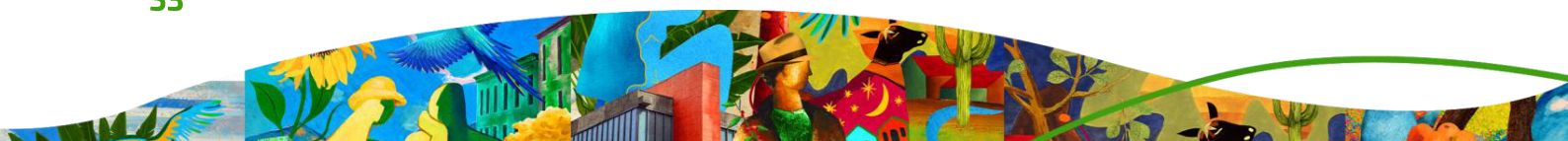
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Consolidado											
	Taxas anuais de depre./ amort. %	Saldo no início do período	Aquisição	Baixa	Transfer.	(a) Custo corrigido 31/12/2025	Depre/Amort no início do período	Depre./Amort.	Baixa Depre/Amort	(b) Depre/Amort 31/12/2025	(a) + (b) Líquido 31/12/2025
Imobilizado de uso		117.131	4.417	(1.591)	-	119.957	(46.841)	(5.625)	1.151	(51.315)	68.642
Terrenos	-	12.143	50	-	-	12.193	-	(553)	-	(17.047)	(4.854)
Edificações	4	53.525	654	(21)	1.588	55.746	(16.494)	(1.136)	-	(24.955)	30.791
Móveis e utensílios e inst.	10	37.049	978	-	590	38.617	(23.819)	(2.734)	-	(7.304)	31.313
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	20	5.946	512	(27)	-	6.431	(4.570)	(772)	23	(1.862)	4.569
Sistemas de transporte	20	2.475	239	(1.253)	-	1.461	(1.113)	(266)	978	(133)	1.328
Outras imobilizações	10	1.171	369	(290)	-	1.250	(845)	(164)	150	(14)	1.236
Imobilizações em andamento	-	4.822	1.615	-	(2.178)	4.259	-	-	-	-	4.259
Intangível	20	3.642	-	-	-	3.642	(3.642)	-	-	(3.642)	-
Total		120.773	4.417	(1.591)	-	123.599	(50.483)	(5.625)	1.151	(54.957)	68.642

14. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos	43.240.603	11.930.178	13.598.303	68.769.084
Depósitos à vista	105.585	-	-	105.585
Depósitos de poupança	34.279.912	-	-	34.279.912
Depósitos interfinanceiros	714.826	11.886.295	13.456.128	26.057.249
Depósitos a prazo	8.139.932	43.883	142.175	8.325.990
Outros depósitos	348	-	-	348
Captações no mercado aberto	21.263	-	27.761.475	27.782.738
Carteira própria	21.263	-	27.761.475	27.782.738
Total - 2025	43.261.866	11.930.178	41.359.778	96.551.822
Total circulante				55.192.044
Total não circulante				41.359.778



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Recursos de Emissão de Títulos

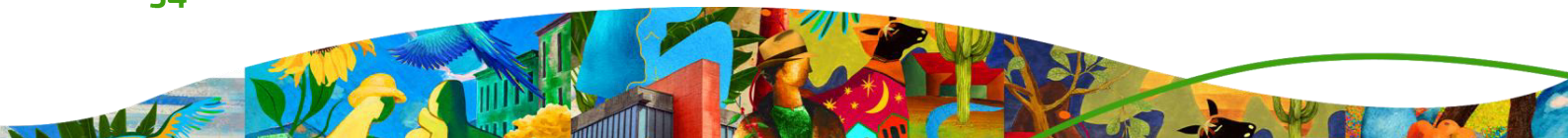
	Consolidado			
	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de letras de crédito do agronegócio	4.483.039	19.602.127	15.072.006	39.157.172
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.167.195	1.593.148	4.603.157	7.363.500
Total - 2025	5.650.234	21.195.275	19.675.163	46.520.672
Total circulante				26.845.509
Total não circulante				19.675.163

16. Obrigações por empréstimos e repasses

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos	661.422	3.238.480	4.649.269	8.549.171
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	16.929	48.355	454.435	519.719
Empréstimos no País	-	717.351	169.037	886.388
Empréstimos no exterior (a)	644.493	2.472.774	4.025.797	7.143.064
Obrigações por repasses no País - Instituições	2.122.775	8.860.004	28.670.541	39.653.320
Tesouro Nacional	178.722	421.642	73.250	673.614
Banco do Brasil	182.435	621.629	2.390.500	3.194.564
BNDES	1.455.999	5.886.325	19.836.144	27.178.468
FINAME	280.189	1.767.255	5.365.484	7.412.928
FNO Banco da Amazônia	24.115	158.689	866.063	1.048.867
FINEP	1.315	4.464	139.100	144.879
Total - 2025	2.784.197	12.098.484	33.319.810	48.202.491
Total circulante				14.882.681
Total não circulante				33.319.810

(a) Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira com vencimento até setembro de 2031. Alguns contratos de captação possuem cláusulas restritivas de dívida (covenants). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está em conformidade com as cláusulas dos referidos contratos.

As obrigações por repasses no País - Instituições oficiais, representam principalmente captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais até o ano de 2035. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

No terceiro trimestre de 2025 o Banco Sicredi realizou uma captação no exterior de US\$ 250 milhões junto ao *International Finance Corporation* (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para ampliar o acesso ao financiamento para Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil, com foco em negócios liderados por mulheres e comunidades desassistidas na Amazônia Legal. A operação inclui um empréstimo direto de US\$ 100 milhões, sendo 80% do investimento alocados para MPEs lideradas por mulheres no Brasil e 20% para MPEs atuando especificamente na Amazônia Legal.

17. Outros passivos financeiros

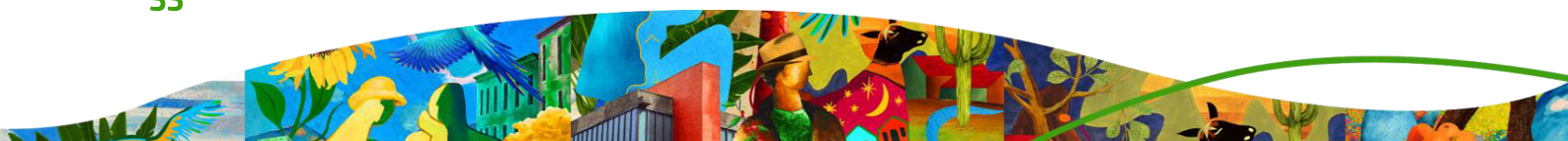
	Nota	Consolidado 31/12/2025
Recebimentos e pagamentos a liquidar		98.682
Transações de pagamento (a)		15.698.071
Negociação e intermediação de valores		1.771
Transações com cartões (b)		3.598.201
Carteira de câmbio		23.717
Dívida subordinada	17.b	72.861
Total circulante		19.493.303
Instrumentos híbridos de capital e dívida	17.a	2.546.393
Dívida subordinada	17.b	1.860.504
Total não circulante		4.406.897
Total		23.900.200

- (a) Transações de pagamento referem-se aos pagamentos que serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira da emissão de cartões.
- (b) Transações com cartões referem-se aos pagamentos que serão realizados aos estabelecimentos comerciais e demais parceiros, relativos à agenda financeira da adquirência (líquido dos valores antecipados a pedido dos estabelecimentos), bem como eventuais saldos da agenda de emissão aguardando liquidação pela bandeira.

a) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (elegíveis a Capital Complementar Autorizado), com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco Sicredi emitiu Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (elegíveis a Capital Complementar) em três ocasiões: 14 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 750.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 3,6% ao ano; em 21 de agosto de



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2024 no total de R\$ 600.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 2,54% ao ano; e em 19 de fevereiro de 2025, no montante de R\$ 550.000, com remuneração atrelada à 100% do CDI + 1,9% ao ano. Estas operações foram adquiridas pelas Cooperativas Centrais e não possuem prazo de vencimento.

As captações totalizam o montante de R\$ 2.034.539 e encontram-se distribuídas entre as Centrais da seguinte forma:

Data de emissão da operação	Consolidado
	Valor inicial da aplicação
03/01/2014	134.539
14/12/2023	750.000
21/08/2024	600.000
19/02/2025	550.000
20/08/2025	325.000
Total não circulante	2.359.539

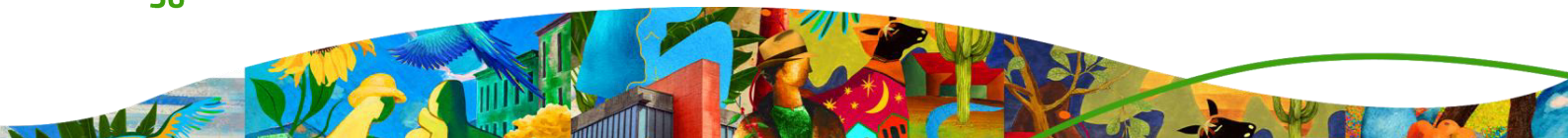
Central	Consolidado		
	Valor inicial da aplicação	Rendimentos/Juros Pagos	31/12/2025
Central Sicredi Sul/Sudeste	1.043.604	99.363	1.142.967
Central Sicredi Nordeste	45.673	2.096	47.769
Central Sicredi PR/SP/RJ	663.357	49.413	712.770
Central Sicredi Centro Norte	378.621	24.656	403.277
Central Sicredi Brasil Central	228.284	11.326	239.610
Total não circulante	2.359.539	186.854	2.546.393

b) Dívida subordinada

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o Banco possui Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) emitidas no valor de R\$ 979.700, com vencimento até 2035.

Em janeiro de 2022, o Banco realizou a emissão de Green Bond Subordinado no valor de US\$ 100 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto aos associados do Sicredi. O valor captado em reais, equivalente a R\$ 549.780, possui vencimento até 2035 (principal) e pagamento de juros semestrais.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total atualizado destes instrumentos de dívida subordinada é de R\$ 1.933.365.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Valor inicial da aplicação	Rendimentos	31/12/2025
Instrumentos de dívida subordinada	1.529.480	403.885	1.933.365
Total não circulante	1.529.480	403.885	1.933.365

18. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica “Provisão para riscos cíveis, tributário e trabalhistas” e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Consolidado	
	Probabilidade de perda	31/12/2025
Trabalhista	Provável	13.625
Cível	Provável	472
Total não circulante		14.097

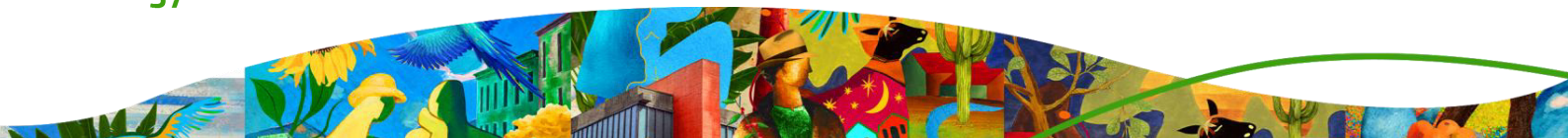
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível no Consolidado no montante de R\$ 83.127.

Nas ações avaliadas como risco possível, destacamos a ação cível de indenização de danos morais no valor de R\$ 59.250 movida contra o Banco Sicredi referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

A movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas é como segue:

Natureza	Consolidado			
	31/12/2024	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2025
Trabalhista	15.752	2.343	(4.473)	13.622
Cível	10.981	2.918	(13.424)	475
Total não circulante	26.733	5.261	(17.897)	14.097

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos judiciais relacionados aos riscos supracitados contemplam o montante de R\$ 19.945, no Consolidado, registrados na rubrica de “Outros ativos”.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Na controladora Sicredi Participações S.A. não existem processos de natureza trabalhista, cível e tributário em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025.

19. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

a) Composição da carteira

	Consolidado
	31/12/2025
Provisões para garantias financeiras prestadas	2.541
Provisões para compromissos de Crédito	576
Total	3.117

b) Movimentação das provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo Inicial em 01/01/2025	4.432
Ajuste de transição Res. 4.966 - Reversão de provisão	(2.896)
Subtotal	1.536
(Provisões) para perdas esperadas de garantias	1.581
Total	3.117

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Outros passivos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (a)	-	6.687
Obrigações com Operações no Exterior	-	231.710
Credores imobiliários	-	135.901
Dividendos a pagar	16.478	121.737
Fiscais e previdenciárias	22.909	74.174
Valores a regularizar	3	39.103
Provisão para incentivos promocionais	-	85.108
Obrigações por convênios oficiais (b)	-	56.487
Provisão para pagamentos a efetuar	-	112.380
Provisão folha de pagamento	6.577	59.400
Contas a pagar - empresas do grupo (c)	42	311.742
Receitas diferidas (d)	-	119.280
Carteira BNDES	-	793
Credores diversos	-	110.942
Demais fornecedores (e)	100	81.054
Total circulante	46.109	1.546.498
Receitas diferidas (d)	-	431.513
Total não circulante	-	431.513
Total	46.109	1.978.011

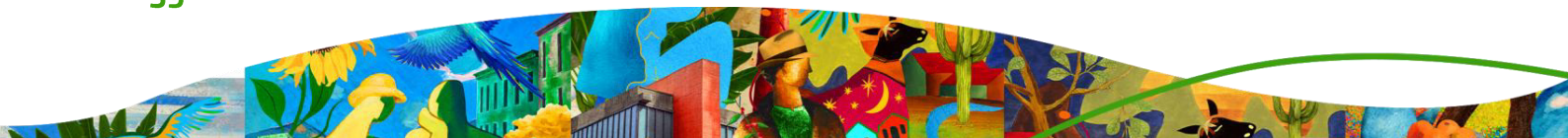
- (a) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.
- (b) Obrigações por convênios oficiais referem-se aos valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais.
- (c) Contas a pagar – empresas do grupo referem-se aos valores da remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas Cooperativas integrantes do Sicredi.
- (d) Conforme adequação ao CPC47 todos os recebimentos relacionados a taxa de Administração sobre lances e antecipações pelas vendas de cotas de consórcios e corretagem de seguros registrados no passivo, são mensalmente atualizados de acordo com sua competência, com novos diferimentos e a baixa daqueles reconhecidos como receitas. Até setembro de 2024 tais valores eram reconhecidos no resultado na sua integralidade.
- (e) Demais fornecedores referem-se principalmente a tecnologia de serviços financeiros prestados pela Fiserv.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 4.891.716, representado por 2.445.858 ações ordinárias e 2.445.858 ações preferenciais.

Em 25 de junho de 2026, conforme Reunião do Conselho de Administração, foi autorizado e integralizado aumento do capital social, no montante de R\$ 350.000 mediante a emissão de 175.000 ações ordinárias e 175.000 ações preferenciais, sendo que a integralização foi via caixa.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ações	31/12/2024	Movimentação do exercício	31/12/2025
	Saldo	Integralização	Saldo
Ordinária	2.270.858.079	175.000.026	2.445.858.105
Preferencial	2.270.858.086	174.999.974	2.445.858.060
Total	4.541.716.165	350.000.000	4.891.716.165

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos

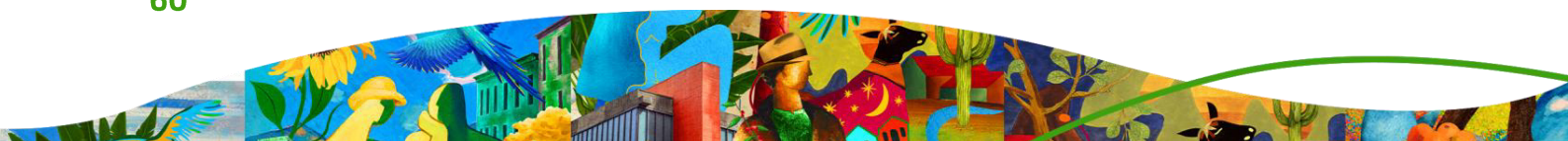
Conforme estatuto social da Instituição, o lucro líquido verificado, após as destinações legais e estatutárias, será totalmente distribuído aos acionistas.

Na reunião do Conselho de Administração da Sicredi Participações, realizada em 21 de janeiro de 2025, foi aprovada a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 2025, no valor de R\$ 46.246 e o saldo referente aos ajustes de transição da Lei nº 4.966/21, no montante de R\$ 23.136. Desses montantes, R\$ 3.469 foram destinados à reserva legal, R\$ 38.900 foram distribuídos aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos do exercício de 2025, e R\$ 27.013 serão distribuídos via dividendos. Os ajustes de transição mencionados referem-se aos saldos apurados na controlada Banco Sicredi, em decorrência da adoção inicial da Lei nº 4.966/21, os quais refletiram no patrimônio líquido da Sicredi Participações por meio da equivalência patrimonial. Tais saldos foram incorporados aos lucros acumulados da Companhia e considerados na destinação do resultado.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

As provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 9% para a Controladora e para o Consolidado as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 20%. As provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

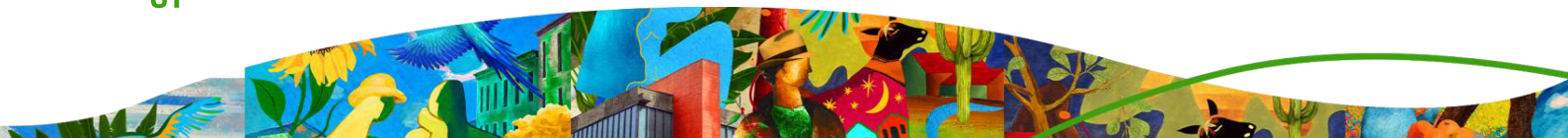


Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Resultado antes da participação nos lucros, juros ao capital e antes da tributação sobre o lucro	55.816	257.010
Participação nos lucros e juros ao capital	(844)	(30.996)
Resultado após a participação nos lucros, juros ao capital e	54.932	226.014
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 45%	(18.677)	(101.706)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	25.821	-
Incentivos fiscais	424	6.714
Constituição de PPR diretores	-	(2.271)
Honorários diretores	(30)	(189)
Brindes, doações e patrocínios	(480)	(4.067)
Juros sobre capital próprio	(15.075)	25.425
Efeito da majoração da alíquota (a)	-	3.554
Outras movimentações permanentes	599	(32.730)
Adicional IR	24	789
Outros	-	29.760
Subtotal	11.283	26.985
Temporárias		
(Provisão) de PPR pessoal	-	(1.978)
(Provisão) de PPR diretores	(465)	(563)
Reversão de provisão para operações de crédito	-	13.583
Reversão de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	5.105
Outras provisões	-	-
Ajustes de títulos marcados a mercado	-	(182.905)
Outras reversões de provisões de incentivos	-	1.549
Depreciação	-	(3.577)
Prejuízo Fiscal - IRPJ	-	38.088
Base Negativa - CSLL	-	29.925
Subtotal	(465)	(100.773)
IRPJ corrente	(6.618)	(101.800)
CSLL corrente	(2.533)	(76.930)
Reversão IR e CSLL do exercício anterior	-	2.786
Constituição de créditos tributários	465	100.773
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(8.686)	(75.171)
Alíquotas efetivas	16%	33%

(a) O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

As análises realizadas refletem os impactos das alterações trazidas pelos normativos Lei 14.467/2022 e MP 1.261/2024, com vigência a partir 1º de janeiro de 2025.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

b) Tributos diferidos ativos e passivos

i. *Composição dos tributos diferidos*

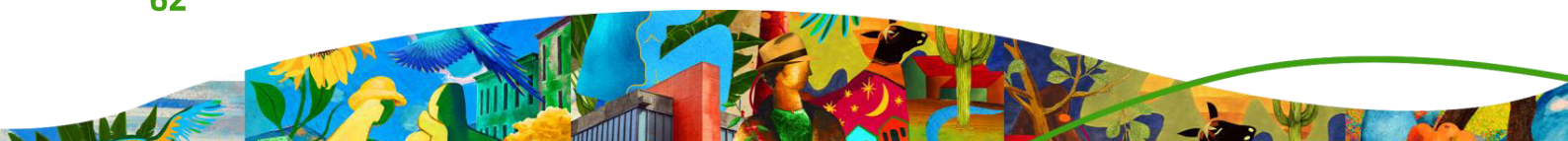
Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de tributos diferidos da Instituição Financeira foram registrados conforme as alíquotas fiscais vigentes, sendo 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os valores foram contabilizados nas rubricas “Créditos Tributários” no ativo e “Obrigações Fiscais Diferidas” no passivo, conforme demonstrado no quadro:

	Consolidado 31/12/2025
Diferenças temporárias - Ativo Fiscal Diferido	
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.338
Provisões de PLR e PPR	15.267
Provisão para perdas em ativos	23.264
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	176.589
Outras provisões	36.441
Receitas diferidas	187.270
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	185.178
Total	630.347
Diferenças temporárias - Passivo Fiscal Diferido	
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	(231.281)
Depreciação/amortização	(573)
Despesas diferidas	(184.190)
Total	(416.044)

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários ativos líquidos, calculados considerando a taxa média de 14,70%, apurada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 379.905.

Não existem créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2025.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ii. Período estimado de realização

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização 31 de dezembro de 2025:

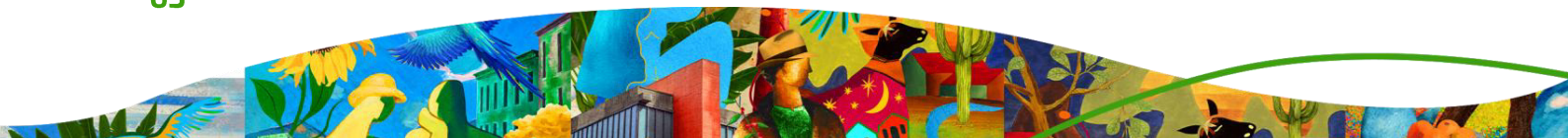
Ano	Consolidado
	Valor dos créditos
	31/12/2025
2026	130.987
2027	97.576
2028	99.423
2029	85.184
2030	60.055
2031	53.837
2032	59.749
2033	11.408
2034	5.177
2035	26.951
Total	630.347

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Instituição e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Instituição.

iii. Movimentação no exercício

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Diferido ativo	Diferido passivo	Patrimônio líquido
Saldo no início do exercício	827.181	(683.766)	(6.161)
Tributos diferidos constituídos/provisionados (a)	576.107	258.075	36.707
Tributos diferidos realizados/revertidos	(772.941)	9.647	(662)
Saldo no final do exercício	630.347	(416.044)	29.884

(a) A linha de tributos diferidos constituídos/provisionados – Patrimônio Líquido, considera o saldo do imposto diferido referente ao ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/21, no montante de R\$ 27.773 (nota explicativa nº4).



Sicredi Participações S.A.

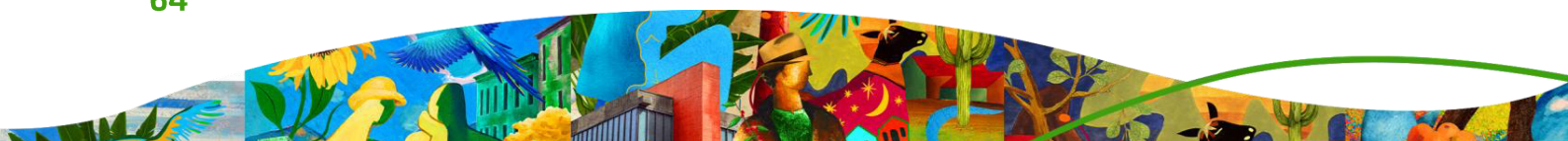
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

23. Saldos e transações com partes relacionadas

Instituições relacionadas / Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota explicativa nº1), o Banco foi criado para atendimento às necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sistema Sicredi:

	Controladora
	31/12/2025
Ativo	106.700.250
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.963.203
Repasses Interfinanceiros, líquido de provisão para perdas esperadas	82.163.444
Operações de crédito	93.669
Rendas a receber	2.258
Outros créditos - diversos	16.477.676
Passivo	29.239.290
Depósitos à vista	30.259
Depósitos a prazo	8.137.694
Depósitos interfinanceiros	18.393.445
Sociais e estatutárias	130.534
Outras obrigações - diversas	965
Instrumentos híbridos de capital e dívida	2.546.393
	31/12/2025
Receitas	7.497.312
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	4.795.264
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.818.545
Receitas de prestação de serviços	7.993
Outras receitas operacionais	875.510
Despesas	7.824.619
Operações de captação no mercado	5.330.790
Outras despesas administrativas	2.498.651
Outras despesas operacionais	957
(Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.779)



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Instituições relacionadas / controladas

Disponibilidades

	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicredi S.A	1.722
Total	1.722

Administração de fundos de investimento

	Aplicação FIF	Receita
	31/12/2025	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicredi S.A	35.207	1.058
Total	35.207	1.058

As captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor-executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores terão também direito às prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

Benefícios de curto prazo aos administradores

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Proventos	10.487	29.808
Participação no resultado	749	8.325
Contribuição ao INSS	3.036	7.945
Total	14.272	46.078

Benefícios pós-emprego

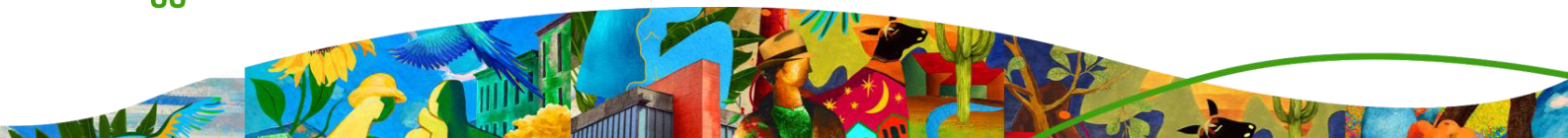
	Consolidado
	31/12/2025
Plano de previdência complementar de contribuição definida	546
Total	546

A Companhia, o Banco e as empresas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24. Fundos de investimento administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2025 atingiram R\$ 206.766.997.

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 46.971 e está apresentada na rubrica "Receitas de prestação de serviços" (nota explicativa nº 25).



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

25. Receitas de prestação de serviços

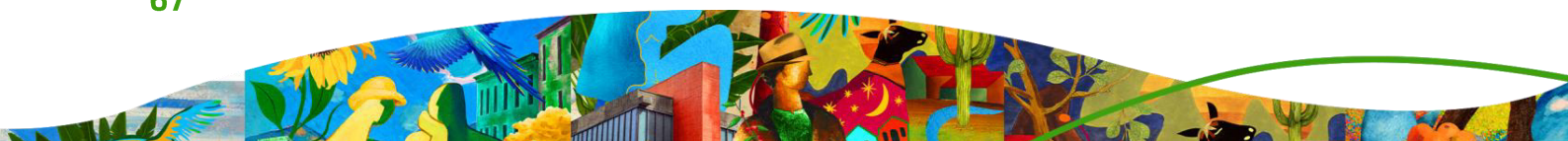
	Consolidado
	31/12/2025
Comissão seguros	1.215.794
Taxa de administração consórcio	624.408
Rendas por serviços de pagamento	23.705
Administração de fundos	46.971
Convênios (a)	20.848
Garantias prestadas	8.079
Cobrança	5.621
Serviços bancários	5.326
Custódia	2.013
Processamento da compe (b)	1.905
Taxa administração recursos	1.008
Total	1.955.678

(a) A receita com convênios refere-se à receita com arrecadação dos convênios públicos e privados.

(b) O processamento da compe refere-se às receitas do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

26. Despesas de pessoal

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Proventos	9.579	84.678
Benefícios	1.629	17.150
Encargos sociais	100	17.907
Demais despesas de pessoal	194	20.677
Total	11.502	140.412



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

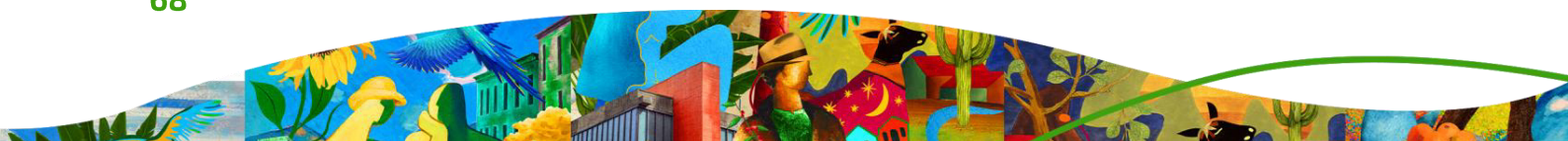
27. Despesas administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Serviços do Sistema Financeiro (a)	-	2.347.598
Serviços de terceiros (b)	1.179	216.327
Convênios Cooperativas (c)	-	981.583
Promoções e relações públicas	378	175.284
Processamento de dados	3	25.283
Aluguéis	287	3.762
Comunicação	8	8.454
Depreciação e amortização	87	5.626
Viagens	998	3.792
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	-	14.889
Taxas e emolumentos	36	1.365
Água, energia e gás	26	699
Transporte	14	580
Material	3	253
Manutenção e conservação de bens	-	254
Outras despesas	721	34.349
Total	3.740	3.820.098

- (a) As despesas com Serviços do Sistema Financeiro são compostas substancialmente por despesas de prestação de serviços pelas Cooperativas integrantes do Sicredi na alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES, equalização de custos dos programas PRONAF, seguros, planos de previdência, consórcios, emissão e aquisição de cartões e outros meios de pagamentos, compensação de cheques e outros papéis, crédito com recursos oficiais ou repassados por outras instituições financeiras, câmbio, poupança, fundos e clubes de investimento, e qualquer outros produto e serviço financeiro e não financeiro, observada a regulamentação específica.
- (b) Serviços de terceiros referem-se principalmente aos valores pagos para as bandeiras Visa e Mastercard referentes a tarifas de processamento de cartões de crédito e débito.
- (c) Convênios Cooperativas referem-se às despesas de cotas da Administradora de Consórcios Sicredi Ltda., e de operações de seguros da Corretora de Seguros Sicredi Ltda. efetuadas pelas Cooperativas de Crédito integrantes do Sicredi.

28. Outras Receitas operacionais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ressarcimento de serviços - cartões (a)	-	14.926
Antecipação de recebíveis de vendas - Domicílio Sicredi (b)	-	462.430
Serviços Precificação	-	86.179
Recuperação de encargos e despesas	11	101.983
Incentivos Promocionais	-	71.289
Atualização de depósitos judiciais e créditos tributários	1.763	13.177
Reversão provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	17.897
Reversão provisões operacionais	-	38.847
Outras receitas operacionais	318	4.876
Total	2.092	811.604



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- (a) As receitas com Ressarcimento de serviços - cartões são referentes aos serviços de tarifas e processamento dos cartões realizadas pelas Cooperativas.
- (b) Antecipação de recebíveis de venda - Domicílio Sicredi refere-se ao montante que é disponibilizado pelas Cooperativas ao Banco Sicredi, com o objetivo de suportar valores que podem ser antecipados para associados domiciliados no Sicredi (lojistas e comerciantes), correspondentes a operações com cartões.

29. Outras Despesas operacionais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Tarifa benefício INSS	-	67.746
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	7.559
Descontos concedidos em renegociações	-	3.295
Provisão para passivos contingentes	-	5.261
Ressarcimento - RCO	-	1.544
Perdas operacionais	1	5.279
Despesas com processos judiciais	-	36
Despesas com processos de transações de pagamento	-	13.742
Contribuições ao SFG (a)	-	77.460
Outras despesas operacionais	25	21.320
Total	26	203.242

- (a) No segundo semestre de 2025, foi proposta e aprovada pelo Conselho de Administração (CAD) do Banco Sicredi uma contribuição extraordinária no valor de R\$ 77.460, destinada à recomposição do Fundo Garantidor Nacional (FGN), gerido pela Sicredi Fundos Garantidores (SFG), que tem o objetivo de fortalecer financeiramente as cooperativas do Sicredi.

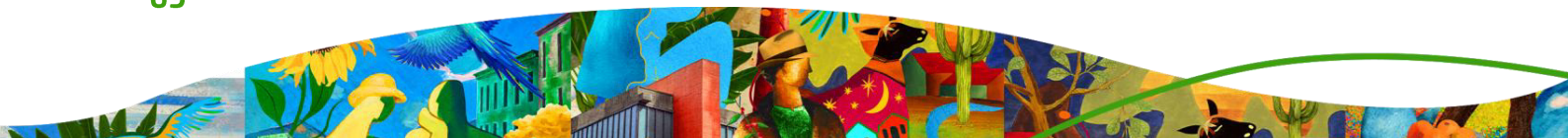
30. Estrutura de gerenciamento de risco e de capital

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de Continuidade de Negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição

O gerenciamento de capital do Banco Cooperativo Sicredi S.A. é realizado através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Banco, sendo esta estrutura responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes.

Os processos para o gerenciamento de capital do Banco Cooperativo Sicredi S.A. incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Avaliação da adequação de capital realizada através do relatório ICAAP;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi S.A., através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreo e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelos colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito de cada entidade do Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico,

Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência."

X - Risco de Segurança da Informação

O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Conglomerado Prudencial do Banco > Relatórios de Pilar 3.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

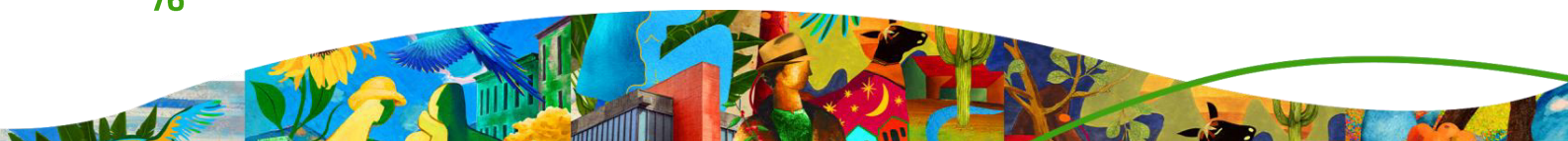
31. Análise de sensibilidade

Em atendimento às exigências do art. 35 da Resolução Bacen nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando uma redução da aplicação de recursos das Cooperativas no Banco, a redução de disponibilidade de *funding* e a redução pela procura de crédito por parte dos Associados e Cooperativas;
- Carteira de crédito – aumento da provisão de perdas esperadas: aumento considerando a migração do porte das Cooperativas e a qualidade da carteira de crédito;
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possível aumento visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
- Créditos tributários: aumento resultante das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
Efeito no resultado	99.591	199.183	298.774
Item sensibilizado	Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas		
Premissa	Piora de 20%	Piora de 30%	Piora de 40%
Efeito no resultado	(10.880)	(16.320)	(21.760)
Item sensibilizado	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(1.405)	(2.810)	(4.216)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%
Efeito no resultado	43.689	87.378	131.067



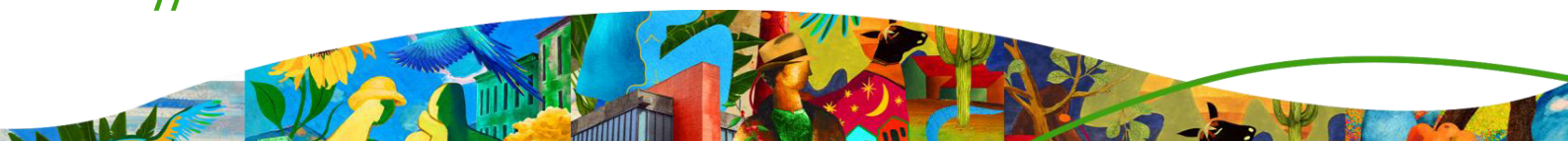
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

32. Índices de Basiléia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/13 revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.955/21 e pela Resolução CMN nº 4.193/13 revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.958/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	Controladora e Consolidado
	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	7.730.714
Nível I (NI)	7.675.091
Capital Principal (CP)	5.128.698
Capital Social	5.220.987
Reservas de Capital	97.840
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(4.952)
Ajustes Prudenciais	(185.177)
Ajuste Negativo Decorrente Da Constituição De Perdas Esperadas	51
Capital Complementar (CC)	2.546.393
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.546.393
Nível II (NII)	55.623
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.933.365
Dedução de investimento em outras entidades	(1.877.742)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	38.323.770
Risco de Crédito	32.675.746
Risco de Mercado	835.049
Risco de Serviços de Pagamento	1.441.824
Risco Operacional	3.371.150
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	236.667
Margem de Capital¹	2.445.278
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,2%
Capital Nível I (NI / RWA)	20,0%
Capital Principal (CP / RWA)	13,4%
Capital Complementar (CC / RWA)	6,6%
Capital Nível II (NII / RWA)	0,1%
Situação de Imobilização (Imob)	109.957
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,4%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

33. Acordo de Compensação (ACO) - Bancos Correspondentes

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

34. Cobertura de seguros

A Companhia, por meio do Banco, mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Eventos subsequentes

Em novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a proposta de extinção da Sicredi Participações e autorizou o início dos trâmites para submissão da matéria à Assembleia Geral. A decisão final ainda depende da deliberação dos acionistas. A administração segue avaliando os possíveis impactos e dará continuidade ao processo em conformidade com a legislação aplicável.

36. Outros assuntos

a) Alteração nas normas tributárias

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A nova lei altera completamente a lógica de dedutibilidade das perdas. Regra geral, uma vez que o crédito é caracterizado como inadimplido deduz-se o resultado da multiplicação do crédito inadimplido pelo Fator A, e nos meses subsequentes a dedução se dá pela multiplicação do crédito pelo Fator B.

Quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Caso o prazo seja insuficiente, permite a dedução em até 120 meses, se optado até 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com o objetivo de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro. A primeira regulamentação ocorreu em janeiro de 2025, por meio da Lei Complementar nº 214/25. Essa reforma representa a maior transformação do sistema tributário em décadas, trazendo simplificação, transparência e previsibilidade para a sociedade e os setores econômicos.

O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por três: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo (IS), aplicado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A vigência começa em 2026, com transição até 2033, permitindo adaptação gradual. Para o Sicredi, as operações mais relevantes estarão enquadradas em regimes específicos para cooperativas e serviços financeiros, mantendo alíquota zero para IBS e CBS, mas exigindo novas obrigações acessórias, como ampliação da emissão de notas fiscais, a Declaração dos Regimes Financeiros (DERE) e atualização cadastral dos associados.

Em 2025, o Sicredi iniciou uma preparação estruturada, envolvendo tecnologia, processos, governança e gestão da mudança. Foram criados grupos de trabalho para ajustar sistemas, revisar contratos, realizar simulações e orientar as cooperativas por meio das Pessoas de Referência da Reforma Tributária. Essa atuação integrada reforça o compromisso do Sistema com uma transição responsável, planejada e alinhada aos princípios de transparência, sustentabilidade e cuidado com os associados. Como ainda existem regulamentações pendentes, o Sicredi segue acompanhando as discussões e avaliando os impactos das normas já publicadas e das futuras regulamentações para garantir análises precisas sobre seus produtos e serviços.

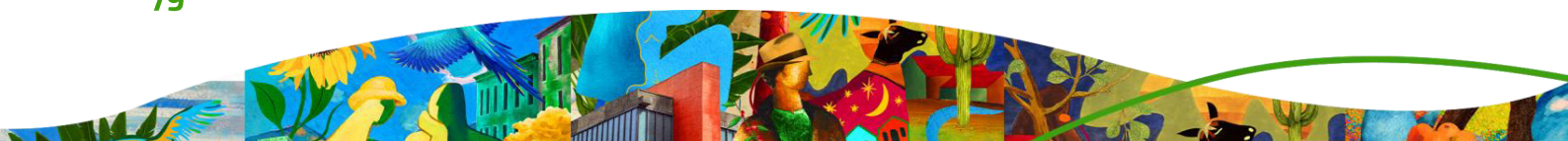
c) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco e suas controladas, entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

Contabilidade de Hedge

Em novembro de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 352, que consolida e atualiza diversas regras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, incluindo disposições específicas sobre contabilidade de hedge. As novas orientações substituem as regras anteriormente previstas na Circular nº 3.082/2002, baseada em conceitos do IAS 39, passando a adotar princípios convergentes com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, em linha também com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

No que se refere à contabilidade de hedge, a norma revisa critérios de designação, documentação, mensuração e divulgação das relações de proteção, ampliando a possibilidade de utilização de componentes de risco, definindo instrumentos e itens elegíveis e estabelecendo requisitos de efetividade compatíveis com práticas de gerenciamento de risco econômico. Espera-se, entre outros efeitos, maior alinhamento entre as estratégias de gestão de riscos das instituições e a forma como essas relações são refletidas nas demonstrações financeiras, além do reforço aos processos de monitoramento, reavaliação e eventual reequilíbrio das designações.



Sicredi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A adoção obrigatória da nova regulamentação ocorrerá em 1º de janeiro de 2027. Até lá, o Sicredi está realizando análises técnicas, revisões sistêmicas, aprimoramentos de processos e adequações documentais necessárias para implementação dos novos requisitos. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras de 2025, não foram identificados impactos relevantes a serem reconhecidos antecipadamente.